

CLARISSA SANFELICE RAHMEIER

A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM ESTANCIEIRA

Um estudo de caso em arqueologia fenomenológica.

Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul, séc. XIX.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientador: Prof. Dr. Arno Alvarez Kern

Porto Alegre

2007

CLARISSA SANFELICE RAHMEIER

A EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM ESTANCIEIRA

Um estudo de caso em arqueologia fenomenológica.

Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul, séc. XIX.

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Arno Alvarez Kern (orientador) – PUCRS

Prof. Dr. Klaus Hilbert – PUCRS

Prof. Dr. Teófilo Otoni Vasconcelos Torronteguy – UFSM

Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos – UCS

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti – UNIFRA

Pra ti, mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Arno Alvarez Kern, grande incentivador, que fez com que meu projeto de tese se tornasse um projeto de vida. Minha experiência além-mar e meu crescimento intelectual são, com certeza, resultado do seu incentivo e apoio constantes;

Ao Prof. Dr. Klaus Hilbert, que inspirou os caminhos teóricos que acabei por seguir no desenvolvimento dessa tese e que sempre acompanhou e apoiou os passos que tenho dado desde o Mestrado;

Ao Prof. Dr. René Gertz, por se dispor em auxiliar na viabilização de meus estudos no exterior;

Aos secretários do PPGH, Alice, Davi, e especialmente à Carla Carvalho, que acompanhou toda a minha trajetória enquanto aluna da PUCRS mostrando extrema competência e, acima de tudo, amizade;

À CAPES, pela Bolsa com a qual iniciei meus estudos de Doutorado;

Ao CNPq, pela Bolsa que me permitiu a continuidade dos estudos no Brasil e o amadurecimento intelectual no exterior;

Às pessoas que contribuíram para a realização das diversas etapas do trabalho de campo: Walter Jobim Filho, Marília e Cláudia Paglioli Jobim, Wanda Castilho, Iolanda e Sandra Gomes Brum, Luiz Rodrigues Jardim, Ilza Farias de Farias, Silmara e Ricardo Luiz Berwanger, Pedro Jorge Medeiros de Farias, Aline e Iloí Pereira, Wilson Brum Filho, Arani Senna e Ferigollo;

Aos alunos e colegas da Universidade de Cruz Alta, que sempre entenderam, apoiaram e viabilizaram meus estudos e necessários afastamentos;

Aos colegas do NARq-UNICRUZ, em especial ao Jonathan Santos Caino, Paulo Roberto Koch Jr. e Fernando Santos de Almeida, pelo auxílio nos trabalhos de campo e, principalmente, pela troca de idéias. Ao Paulo agradeço, ainda, pelo auxílio nas medições e no desenho de implantação da Vista Alegre;

Ao Professor Christopher Tilley, que orientou meus estudos na *University College London*, por generosamente compartilhar seus conhecimentos e possibilitar a realização de meu Doutorado na Inglaterra. Sua disponibilidade e apoio constantes foram essenciais para o desenvolvimento de meus estudos e para o amadurecimento de minhas idéias;

Aos componentes da Banca, pelo interesse e pelo gentil aceite em participar dessa importante etapa de meu trabalho.

À Olga, pelo apoio emocional e por dividir choros e risadas no *Tollington Court*, e à Ana, *flatmate* que se tornou amiga e família, nos tempos de Londres e hoje;

Aos meus amigos, aos tios, tias, primos, primas, cunhadas e cunhados, que me deram suporte afetivo na realização dessa etapa de minha vida. Especialmente ao tio do coração, Gilberto Caino Silveira Netto, que também foi pesquisador ao meu lado quando essa tese ainda era um projeto;

À família Ferman, especialmente aos “tios” Dório e Sima, por me acolherem com tanto carinho, pelo incentivo dado, e pelo Marcelo;

À querida amiga Beatriz Augusta Mânica Pereira da Cruz, pelas inúmeras discussões teóricas e metodológicas e, principalmente, pelo apoio incondicional, a qualquer hora;

À amiga-irmã Helen Scorssato Ortiz, pelos comentários muito bem-vindos, pela mão nos inventários, pelo incentivo de sempre e pelo ouvido;

Aos meus irmãos, pelos quais sou apaixonada, Ike, Nando e Cris, pela torcida constante e por compreenderem minhas ausências. Especialmente à Cris, por acompanhar de perto as diversas etapas desse trabalho, pelo corre-corre no pega-e-devolve livros, pelo apoio logístico em Porto Alegre, pelo ombro e pelo incentivo;

Ao pai e à mãe, Ariberto e Lacy Rahmeier, por tudo o que são e pelo apoio amoroso em meus projetos de vida, sem o que essa tese não teria se realizado; e

Ao Marcelo, meu grande amor, pela cumplicidade, pelo apoio, pela paciência, por compartilhar sonhos, e por tudo o que virá.

Habit of seeing opposites

The general imprecise way of observing sees everywhere in nature opposites (as, for example, "warm and cold") where there are, not opposites, but differences in degree. This bad habit has led us into wanting to comprehend and analyse the inner world, too, the spiritual-moral world, in terms of such opposites. An unspeakable amount of pain, arrogance, harshness, estrangement, frigidity has entered into human feelings because we think we see opposites instead of transitions.

Friedrich Nietzsche
(Der Wanderer und sein Schatten, § 67
[The Wanderer and his Shadow])

RESUMO

Esta tese propõe uma abordagem fenomenológica sobre a história e a cultura material do Rio Grande do Sul no século XIX. Apresentando como estudo de caso a estância Vista Alegre, demonstra em que medida as regularidades na implantação das sedes dos estabelecimentos pastoris no Noroeste do estado revelam a lógica da elite proprietária de terras e a estruturação de espaços hierárquicos e hierarquizantes.

Palavras-chave: Fenomenologia, Cultura material, Estâncias.

ABSTRACT

This thesis presents a phenomenological approach on the history and material culture of Rio Grande do Sul State in the nineteenth century. Focusing on *Estância Vista Alegre*, it demonstrates to what extent the ranches settlement regularities in the Northwest region reveal the land owner logic and the configuration of a hierarchical space.

Key-words: Phenomenology, Material culture, Ranches.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Serafim Corrêa de Barros, então coronel.....	30
Fig. 2 – Sede da estância Vista Alegre.....	31
Fig. 3 – Localização da estância Vista Alegre.....	33
Fig. 4 – Casa-sede da Fazenda Ivahy.....	97
Fig. 5 – Casa-sede da Fazenda Ivahy.....	98
Fig. 6 – Detalhe da casa-sede da Fazenda Ivahy.....	99
Fig. 7 – Detalhe da casa-sede da Fazenda Ivahy.....	100
Fig. 8 – Casa-sede da Fazenda Ivahy no século XX.....	101
Fig. 9 – Casa-sede da atual Cabanha Taquarembó.....	103
Fig. 10 – Casa provisória na Granja Santa Eliza.....	106
Fig. 11 – Casa provisória na Granja Santa Eliza.....	107
Fig. 12 – Reparo feito com cimento – casa provisória Granja Santa Eliza.....	108
Fig. 13 – Material construtivo – casa provisória Granja Santa Eliza.....	108
Fig. 14 – Atual sede da Granja Santa Eliza.....	109
Fig. 15 – Sede da Cabanha Tabor no início do século XX.....	112
Fig. 16 – Atual alpendre da Cabanha Tabor.....	113
Fig. 17 – Ala nova da casa-sede da Cabanha Tabor.....	114
Fig. 18 – Sede da Fazenda do Triunfo.....	116
Fig. 19 – Casa-sede da Fazenda do Triunfo.....	117
Fig. 20 – Detalhe da casa-sede da atual Fazenda Toropi.....	119
Fig. 21 – Casa-sede da Fazenda Toropi.....	120
Fig. 22 – Casa-sede da estância Vista Alegre.....	122
Fig. 23 – Interior da casa-sede da estância Vista Alegre.....	123
Fig. 24 – Fachada da casa-sede da estância Vista Alegre.....	124
Fig. 25 – Senzala da Fazenda Ivahy.....	133
Fig. 26 – Senzala da Fazenda Ivahy.....	134
Fig. 27 – Fachada da senzala da estância Vista Alegre.....	136
Fig. 28 – Interior da senzala da estância Vista Alegre.....	137
Fig. 29 – Parede da senzala da estância Vista Alegre.....	138

Fig. 30 – Telhado da senzala da estância Vista Alegre.....	138
Fig. 31 – Fundos da senzala da estância Vista Alegre.....	139
Fig. 32 – Interior da senzala da estância Vista Alegre.....	140
Fig. 33 – Desmoronamento da parede da estância Vista Alegre.....	141
Fig. 34 – Senzala da Fazenda do Sobrado.....	143
Fig. 35 – Galpão da Cabanha Taquarembó.....	147
Fig. 36 – Galpão da Cabanha Taquarembó.....	148
Fig. 37 – Galpão na Fazenda do Triunfo.....	149
Fig. 38 – Fachada do galpão da estância Vista Alegre.....	150
Fig. 39 – Fundos do galpão da estância Vista Alegre.....	151
Fig. 40 – Interior do galpão da estância Vista Alegre.....	152
Fig. 41 – Implantação da sede da Fazenda Monte Alvão.....	184
Fig. 42 – Implantação da Fazenda do Cadeado.....	186
Fig. 43 – Implantação da Fazenda do Sobrado.....	188
Fig. 44 – Implantação da Fazenda das Brancas.....	190
Fig. 45 – Sede da estância Vista Alegre (imagem digitalizada).....	192
Fig. 46 – Implantação da sede da estância Vista Alegre.....	193
Fig. 47 – Espessura da parede da senzala da estância Vista Alegre.....	200
Fig. 48 – Espessura da parede do anexo da senzala, estância Vista Alegre.....	200
Fig. 49 – Tesoura e treliça em madeira no telhado da senzala, Vista Alegre.....	203
Fig. 50 – Telhas capa e canal.....	203
Fig. 51 – Telha empregada nas construções da estância Vista Alegre.....	204
Fig. 52 – Telha empregada nas construções da estância Vista Alegre.....	204
Fig. 53 – Beiral em cimalha na casa-sede da estância Vista Alegre.....	206
Fig. 54 – elementos decorativos na lateral da casa-sede, Vista Alegre.....	207
Fig. 55 e 56 – Aproximando-se da Vista Alegre no sentido Leste-Oeste.....	215
Fig. 57 – Chegada à estância Vista Alegre pelo sentido Leste-Oeste.....	216
Fig. 58 e 59 – Aproximando-se da Vista Alegre no sentido Oeste-Leste.....	217
Fig. 60 – Chegada à Vista Alegre pelo sentido Oeste-Leste.....	218
Fig. 61 e 62 – Chegada à Vista Alegre pela frente, no sentido Norte-Sul.....	219
Fig. 63 e 64 – Chegada à Vista Alegre pelos fundos, no sentido Sul-Norte.....	220
Fig. 65 e 66 – A Vista Alegre a partir da Fazenda Santa Lídia.....	221
Fig. 67 – Vista que se tem a partir da casa-sede da estância Vista Alegre.....	224
Fig. 68 a 71 – Casa-sede da estância Vista Alegre.....	225

Fig. 72 a 75 – Senzala e anexo da estância Vista Alegre.....	226
Fig. 76 a 78 – Vista que se tem a partir da casa-sede da Vista Alegre.....	227
Fig. 79 a 81 – Vista que se tem a partir da senzala da Vista Alegre.....	227
Fig. 82 a 85 – Galpão da estância Vista Alegre.....	229
Fig. 86 – Implantação da sede da Vista Alegre, evidenciando as aberturas.....	234
Fig. 87 – Modelo interpretativo da sede da estância Vista Alegre.....	235

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (1884).....	53
Gráfico 2 – Animais arrolados no inventário de Serafim Corrêa de Barros (1886)	54
Gráfico 3 – Perfil do plantel de animais da propriedade de Serafim Corrêa de Barros.....	56
Gráfico 4 – Valor total do plantel de animais da propriedade de Serafim Corrêa de Barros (em mil réis).....	56
Gráfico 5 – Valor individual dos animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (em mil réis).....	57
Gráfico 6 – Valor individual dos animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (em mil réis).....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos escravos arrolados nos inventários de Carolina e Serafim Corrêa de Barros.....	66
Quadro 2 – Presença de edificações no conjunto arquitetônico original da sede das estâncias pesquisadas, considerando os componentes básicos que possibilitam a verificação de disparidades sociais.....	93
Quadro 3 – Elementos construtivos empregados nas moradias da estância Vista Alegre.....	197
Quadro 4 – Dimensões das moradias da estância Vista Alegre.....	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (1884).....	51
Tabela 2 – Animais arrolados no inventário de Serafim Corrêa de Barros (1886).....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1 A ESTÂNCIA VISTA ALEGRE, A POSSE DA TERRA E A SOCIEDADE NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX.....	25
1.1 Serafim Corrêa de Barros e a fundação da estância Vista Alegre.....	26
1.2 A formação da Vista Alegre e a propriedade da terra no Noroeste do Rio Grande do Sul.....	32
1.2.1 As concessões de sesmarias.....	35
1.2.2 As posses livres e a Lei de Terras.....	39
1.2.3 O gado e a formação das estâncias.....	44
1.2.4 A estância Vista Alegre.....	49
1.3 Os escravos na Vista Alegre e a escravidão nas estâncias do Noroeste do Rio Grande do Sul.....	59
1.4 Os peões nas estâncias do Noroeste do Rio Grande do Sul.....	70
2 A CULTURA MATERIAL: PARA INTERPRETAR A SOCIEDADE ESTANCIEIRA.....	75
2.1 A terra como cultura material: poder e <i>status</i> no contexto estancieiro.....	79
2.1.1 Alienabilidade e inalienabilidade da terra e a conformação social.....	82
2.2 As formas arquitetônicas como cultura material: as moradias que compunham as sedes das estâncias.....	90
2.2.1 A casa do estancieiro (casa-sede) [<i>versão eletrônica: ver parte 1 e parte 2</i>]..	95
2.2.2 A senzala.....	131

2.2.3	O galpão.....	145
3	OS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS, A EXPERIÊNCIA CORPORAL E A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA.....	153
3.1	A pluralidade do espaço e o enfoque fenomenológico.....	154
3.2	Os espaços e seus lugares: a formação identitária na perspectiva fenomenológica.....	163
3.3	Fenomenologia da paisagem.....	166
3.4	O corpo humano, a experiência da materialidade e os estudos sobre a cultura material	170
4	ESPAÇO ARQUITETÔNICO, EXPERIÊNCIA CORPORAL E SOCIEDADE ESTANCIEIRA.....	178
4.1	Conjunto arquitetônico e hierarquia social: interpretações sobre a disposição das sedes.....	178
4.2	A experiência corporal na sede da estância Vista Alegre.....	194
4.1.1	Os elementos construtivos e a hierarquia social.....	195
4.1.2	Experienciando a Vista Alegre.....	210
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	236
	REFERÊNCIAS.....	241

OBSERVAÇÕES SOBRE A VERSÃO ELETRÔNICA DESTA TESE:

- 1) Esta tese encontra-se dividida em dois arquivos eletrônicos (parte 1: p. 1-124; e parte 2: p. 125-248), sendo que suas páginas estão numeradas de acordo com a versão impressa única.
- 2) Por tornar o arquivo eletrônico muito pesado, os anexos desta tese estão disponíveis somente na versão impressa da mesma, a qual pode ser encontrada na Biblioteca da PUCRS e/ou com a autora (issarahmeier@yahoo.co.uk).

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas os estudos sobre a cultura material têm sido marcados por um enfoque mais humanizado, que percebe as pessoas e as coisas como formadas pela influência mútua de umas sobre as outras no processo de criação, confirmação e transformação social. Constituindo-se não só em uma alternativa, mas também em um complemento às pesquisas que tratam do objeto em si, esses estudos têm ampliado significativamente as possibilidades de compreensão da sociedade por meio das formas materiais.

Se no passado as pesquisas em Arqueologia limitavam-se a descrições tecno-tipológicas e à conseqüente organização de conjuntos culturais representantes de contextos sociais diversos, dispostos em museus e catálogos, o que se verifica hoje é uma variedade de abordagens que faz do estudo da materialidade um campo eclético, interdisciplinar e dinâmico. É essa pluralidade que conduz a presente pesquisa, que propõe o estudo da sociedade estancieira da região de Cruz Alta, RS, através de sua cultura material.

A problemática desta tese é inédita: por tratar das estâncias da região de Cruz Alta sob a ótica da arqueologia; pelas fontes utilizadas – documentos primários e remanescentes arquitetônicos das sedes das estâncias; e pelo desenvolvimento de uma metodologia fenomenológica aplicada ao contexto estancieiro do Planalto Médio rio-grandense.

Os aspectos teóricos que norteiam esta pesquisa estão em grande medida fundamentados na produção arqueológica pós-processual, o que não faz desta tese

uma bandeira pós-processualista, mas uma tentativa de se pensar a arqueologia histórica e a história do Rio Grande do Sul por um prisma não estritamente delimitado.

Ao mesmo tempo em que esta orientação teórica decorre de uma posição pessoal frente à construção do saber, resultado de uma dificuldade em separar o conhecimento em áreas disciplinares compartimentadas, ela também é fruto de uma trajetória acadêmica plural, iniciada na Universidade Federal de Santa Maria, continuada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e estendida à *University College London*. Desse histórico institucional resultou uma prática de pesquisa guiada pelo entendimento de que a construção do saber passa pela superação do isolamento das disciplinas. Esse pensamento orientou a presente tese, que busca na fenomenologia da paisagem as bases para a compreensão das pessoas por meio das coisas.

A opção pela fenomenologia direcionou as leituras realizadas para a produção bibliográfica inglesa, em especial para trabalhos publicados por arqueólogos, antropólogos, historiadores e geógrafos nos últimos vinte anos, época em que as pesquisas com o foco na intrínseca relação entre as pessoas e as coisas tornaram-se mais presentes no âmbito acadêmico.

A fenomenologia da paisagem está sendo aqui proposta como a fundamentação teórica para o estudo do contexto estancieiro e como uma metodologia de pesquisa de campo para sítios históricos, o que caracteriza esta tese como uma contribuição diferenciada ao conhecimento científico já produzido¹. Além

¹ Cabe apontar, aqui, o trabalho de Mestrado desenvolvido por Mariana Cabral sobre sítios pré-históricos, no qual a autora propõe, por meio da experiência do corpo no espaço, uma interpretação da cultura material produzida por grupos caçadores coletores no vale do Rio Maquiné, RS. CABRAL, Mariana Petry. **Sobre Coisas, Lugares e Pessoas**: uma prática interpretativa na arqueologia de caçadores coletores do Sul do Brasil. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

da proposta teórico-metodológica a inovação desta pesquisa reside também no próprio tema estância, pesquisado por historiadores, arquitetos, sociólogos e geógrafos, e ainda pouco trabalhado por estudiosos da cultura material. Com relação ao contexto estancieiro rio-grandense, pode ser citado o trabalho arqueológico desenvolvido por Flamarion Gomes na Estância Velha do Jarau, na região da Campanha, sudoeste do estado². Entretanto, o trabalho de Gomes diferencia-se do aqui apresentado não somente pelo contexto focado como também pelo objetivo de sua pesquisa, que buscou evidenciar a organização da estância levando em conta a disposição e a finalidade de suas edificações, bem como sua instalação em meio à paisagem natural da Campanha. A proposta desta tese segue outra direção.

Por meio do estudo dos remanescentes arquitetônicos ainda existentes na região que pertencia a Cruz Alta no século XIX busca-se chegar às pessoas que vivenciaram esse contexto. Para tanto o trabalho foi desenvolvido considerando as formas materiais, as fontes bibliográficas, bem como informações obtidas junto a documentos primários. A multiplicidade dessas fontes exigiu uma análise multivariável pautada pelo confronto dos dados empíricos e em sua correlação com as concepções teóricas. Disso resultou uma interpretação do contexto em questão, e não um modelo explicativo da sociedade estancieira. As teorias interpretativas propostas ao longo do trabalho caracterizam-se, dessa forma, como modelos para pensar o mundo, e não modelos do próprio mundo.

O passo inicial para o desenvolvimento dessa pesquisa foi o levantamento dos estabelecimentos pastoris localizados na região que pertencia a Cruz Alta no

² GOMES, Flamarion Freire da Fontoura. **Aspectos da Cultura Material e Espacialidade na Estância Velha do Jarau (1828-1905)**: um estudo em Arqueologia Histórica Rural. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

século XIX e que foram erigidos nessa época. A escolha do período justifica-se pelo fato de que foi na década de 30 do século XIX que as estâncias foram estabelecidas no que correspondia ao recém-criado município de Cruz Alta. Assim, foram selecionadas sete propriedades rurais dentro da região enfocada, nos atuais municípios de Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Quevedos, Boa Vista do Incra e São Miguel das Missões. Dentre essas, somente a estância Vista Alegre ainda conserva o conjunto arquitetônico básico das sedes oitocentistas, composto por casa-sede, galpão e senzala.

Essa propriedade, localizada no atual município de Júlio de Castilhos, é uma fonte de pesquisa ímpar para o estudo do contexto estancieiro do Planalto Médio no século XIX. As evidências da cultura material ainda existentes na Vista Alegre conferem a esta estância o caráter de sítio arqueológico – um arquivo da história, portanto. Esses elementos compõem uma documentação rica que ainda não foi estudada, que é pouco conhecida pelos próprios moradores da região, e que, pelo seu atual estado de conservação, em pouco tempo estará destruída.

A presença das fontes citadas possibilitou que fosse desenvolvido na sede da Vista Alegre um trabalho diferenciado, teoricamente orientado pelas concepções advindas da fenomenologia da paisagem, em que a experiência do corpo em meio às formas materiais aproxima o pesquisador dos grupos humanos que ele busca compreender. O estar dentro da paisagem vivenciada por comunidades do passado possibilita a apreensão dos fenômenos produzidos quando do contato físico com as formas materiais, o que faz do corpo humano a ferramenta básica das pesquisas em arqueologia fenomenológica. Para o desenvolvimento dessa abordagem foram consideradas, em um primeiro momento, as informações obtidas a partir do estudo do contexto estancieiro regional em geral. Após foi desenvolvida uma metodologia

fenomenológica dentro da estância Vista Alegre. A partir dessa metodologia chegou-se a interpretações mais abrangentes acerca da sociedade que vivenciou o cotidiano da estância.

Ao longo da tese aqui desenvolvida são combinadas descrições, explicações e interpretações a respeito da problemática proposta. Inicialmente é feito o confronto dos dados obtidos junto a fontes bibliográficas e primárias, na busca de contextualizar historicamente a sociedade em estudo e os remanescentes da cultura material existentes na Vista Alegre. Assim, é discutido o processo de formação das estâncias no Noroeste do Rio Grande do Sul e a composição social desse contexto tendo em vista as pessoas ligadas diretamente à dinâmica da estância, ou seja, os proprietários da terra, os trabalhadores escravizados e os trabalhadores livres. Dentro desse objetivo foram discutidas algumas interpretações propostas pela historiografia rio-grandense, às quais foram confrontadas informações fornecidas pelo recenseamento geral realizado no Brasil em 1872 e dados contidos nos inventários *post-mortem* do casal proprietário da Vista Alegre, Carolina e Serafim Corrêa de Barros, datados de 1884 e 1886-91, respectivamente.

A seguir parte-se para o contexto material da região de Cruz Alta, em que é proposto o entendimento da sociedade estancieira por meio de dois elementos que compunham seu universo cultural: a terra e as moradias. A opção por trabalhar com esses dois componentes da cultura material deve-se ao fato de que os mesmos têm uma influência inegável no processo de formação identitária da sociedade em questão. Assim, concepções teóricas pós-processuais são utilizadas para compreender as relações de poder advindas da posse da terra e para demonstrar de que modo as construções que compunham a sede das estâncias podem ser vistas como fontes para o entendimento da sociedade. Além da abordagem teórica, são

apresentados dados da cultura material presentes ainda hoje no contexto em estudo, o que é feito através de uma ampla documentação fotográfica que tem como foco as casas-sede, as senzalas e os galpões que compunham as sedes das propriedades pesquisadas.

A fim de sustentar teoricamente o desenvolvimento do trabalho em fenomenologia da paisagem, é proposta uma reflexão a respeito do modo como as pessoas e as coisas formam-se mutuamente, num contínuo processo de ser e tornar-se. O entendimento de conceitos como espaço, paisagem e lugar são chave nesse sentido, e são tomados aqui em uma perspectiva humanizada, orientada especialmente pela proposta de Christopher Tilley, cujo trabalho *A Phenomenology of Landscape*³ constitui um marco no desenvolvimento de pesquisas em arqueologia fenomenológica. A recorrência às idéias de Merleau-Ponty também caracteriza essa abordagem, a qual, sem ter a pretensão de constituir um trabalho filosófico, busca nas concepções fenomenológicas o entendimento da relação entre as pessoas e as coisas. Também os conceitos de objetificação e incorporação, propostos inicialmente por Pierre Bourdieu, são discutidos em sua relevância no processo de formação identitária dos grupos humanos em meio a materialidade de um lugar. A discussão teórica que compõe essa tese conta ainda com concepções advindas da Geografia e da Antropologia, o que demonstra a multiplicidade de enfoques em torno de um mesmo tema: a compreensão das sociedades por meio da cultura material.

Por fim, é apresentada uma proposta teórico-metodológica para o entendimento da sociedade estancieira através da experiência corporal em meio às moradias que compunham as sedes. Para o desenvolvimento dessa etapa da

³ TILLEY, Christopher. **A Phenomenology of Landscape**. Places, paths and monuments. Oxford: Berg, 1994, p. 9.

pesquisa a familiarização com a história regional e com os dados da cultura material obtidos nos diversos trabalhos de campo empreendidos nas propriedades rurais em estudo mostrou-se essencial. Assim, combinando interpretações referentes à disposição do conjunto arquitetônico nas sedes das estâncias à experiência física proporcionada pelo estar no lugar efetiva-se uma tese em fenomenologia da paisagem, e apresenta-se uma metodologia criada para a interpretação das formas arquitetônicas da estância Vista Alegre, única propriedade da região que, como referido anteriormente, possibilita esse tipo de abordagem.

1 A ESTÂNCIA VISTA ALEGRE, A POSSE DA TERRA E A SOCIEDADE NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX.

Dentre as propriedades pastoris estabelecidas no Noroeste do Rio Grande do Sul no século XIX a Vista Alegre é uma das poucas, senão a única, a apresentar remanescentes arquitetônicos que possibilitam o estudo da sociedade estancieira por meio da cultura material. Para a realização de uma pesquisa em torno de suas formas materiais é necessário, primeiramente, conhecer o contexto histórico em que se deu a estruturação e o funcionamento dessa estância. Nesse sentido, a recorrência a fontes primárias e historiográficas fornece um instrumental teórico básico para o desenvolvimento de interpretações acerca da sociedade e da cultura material que caracterizam o referido contexto, sem o que, como afirma Arno Kern, “perde-se em conteúdo e na possibilidade de confrontação da documentação material com a iconográfica ou a textual”⁴.

Localizada no atual município de Júlio de Castilhos, a estância Vista Alegre foi fundada em área pertencente a São Martinho⁵, que em meados do século XIX correspondia ao Nono Distrito de Cruz Alta. Por isso compreender a estruturação das estâncias tendo como foco especialmente a região de Cruz Alta⁶ torna-se relevante para o entendimento da própria Vista Alegre.

⁴ KERN, Arno Alvarez. “Temas e problemas da arqueologia do Rio da Prata” in KERN, Arno Alvarez [et. al.]. (org.) **Sociedades Ibero-Americanas: reflexões e pesquisas recentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 368.

⁵ São Martinho foi emancipado de Cruz Alta em 1876, permanecendo como município até 1901, quando foi anexado a Vila Rica (atual Júlio de Castilhos).

⁶ Entre 1834 e 1901 Cruz Alta sofreu diversas alterações em sua configuração territorial e administrativa, abrangendo uma série de distritos, hoje municípios emancipados, como Ijuí, Tupanciretã, São Luiz Gonzaga, Fortaleza dos Valos, Santa Bárbara, Boa Vista do Cadeado, Boa

A pesquisa junto a fontes historiográficas, nesse sentido, possibilitou a discussão do contexto histórico em que se estruturaram as estâncias, o que foi feito dentro da idéia, proposta por Gordon Childe, de que “os textos escritos se acrescentam aos testemunhos arqueológicos e enriquecem-nos, sem que os ponham de parte ou os tornem supérfluos”⁷. Somaram-se a essas fontes as informações obtidas a partir do Censo Geral realizado no Brasil em 1872, e de inventários *post-mortem*, os quais forneceram indicações da dinâmica da estância Vista Alegre. A análise confrontada da documentação primária e bibliográfica, desse modo, pautou o desenvolvimento do presente capítulo e deu chances a uma melhor compreensão da sociedade estancieira em estudo.

1.1 Serafim Corrêa de Barros e a fundação da estância Vista Alegre

Em *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas* Aristides de Moraes Gomes relata o cotidiano das estâncias a partir de sua própria experiência, “em conversas ouvidas desde guri carregador de mate”. Neste livro Gomes dedicou um capítulo a seu avô, o Cel. Serafim Corrêa de Barros (figura 1), sugestivamente intitulado *De como os serranos faziam-se soldados e heróis*. As seis páginas do referido capítulo são suficientes para apresentar Serafim *Bravo*, “o herói”. E também

Vista do Incra, Quinze de Novembro, Ibirubá, Panambi, Pejuçara, entre outros. Em 1855 o município atingiu sua maior extensão territorial, contando, nessa fase, com nove distritos: Vila do Espírito Santo, Santo Ângelo, São Miguel, Piratini, São Xavier, São Martinho, Soledade, Passo Fundo e Palmeira.

⁷ CHILDE, V. Gordon. **Introdução à Arqueologia**. S/l: Publicações Europa-América, 1977, p. 23.

para criar uma imagem da propriedade que erigiu, “sua esplêndida ‘Estância Vista Alegre’”⁸.

Nas coxilhas verdes e dobradas do planalto, nas imediações da Guarda de São Pedro, nasceu um guri num galpão de estância, que se criou sadio, forte e abrutalhado, sem o amparo paterno.

Campereando, no rigor da lida, laçando, pealando e gineteando, montava qualquer bagual aporreado ou potro de colmilhos amarelos e maçarocado, pegado a laço no fundo de um rincão. Até a espada já floreira com galhardia.

Mocinho, entusiasmou-se com as idéias republicanas que se cruzavam preparando para a Revolução de 35. Sabendo que José Gomes Portinho, de Cachoeira, cidadão de elevado conceito e valor, andava em Cruz Alta, reunindo gente para combater o governo imperial, empolgou-se e mandou fazer uma lança encabada em aste de guajuvira e guardou-a num canto do galpão.

Soube certa tarde que Portinho estaria de pouso perto de Tupanciretã com muita gente.

Levantou de madrugada grande, tomou muito mate, churrasqueou e disse para os companheiros que ia para a Revolução.

Montou a cavalo, volteou a sua quadrilha escolhida e gordacha, ajeitou o toso de todos, embuçalou um gateado cabos negros, encilhou a capricho, atou o laço à bate-cola, amarrou o poncho nos tentos do lombilho, pôs a mala de garupa com alguma roupa e os avios de mate em baixo dos pelegos e quebrou o cacho do pingo.

Pediu à mãe que lhe desse uma tira de pano encarnado e amarrou-a na ponta da lança. Disse-lhe que ia com Portinho, não sabia quando voltava, ou se voltaria. Abraçou-a. Despediu-se do padrasto e do irmão mais moço, Antônio José da Silveira, e de seus compadres de lida.

Apresilhou a espada na cintura, pegou a lança, montou e tocou a quadrilha.

[...]

Serafim Jacinto, voluntarioso e destemido, não perdia entrevero ou carga, manejando aquela lança com destreza e vigor. Nos intervalos das lutas quebrava queixo de potrada, refazendo a cavallhada da força, que era a sua maior arma.

Aqui nestas coxilhas da querência, Serafim Jacinto veio combater, batendo ferro branco com os “camelos” (imperiais), em combates em que tomou parte o valoroso Gen. Bento Gonçalves da Silva, e até Giuseppe Garibaldi, acompanhado da inseparável e destemida Ana de Jesus Ribeiro – Anita Garibaldi, em 1842. [...]

Já no final da revolução, num intervalo de luta, Serafim Jacinto, ostentando os galões de alferes, conseguiu licença e voltou à querência, onde ficou campereando e gauchando. Neste intervalo, engraçou-se e logo era noivo da graciosa morena Carolina, filha do casal Antonio e Faustina Padilha, e numa vinda do padre, cura de São Martinho, o então alferes Serafim Corrêa de Barros e Carolina Padilha recebiam os santos sacramentos do matrimônio. O alferes Serafim arranchou-se no campo de

⁸ GOMES, Aristides de Moraes. **Fundação e Evolução das Estâncias Serranas**. Cruz Alta: Ed. Liderança, 1966, p. 106.

sua mãe, numa linda coxilha de pedras, a que deu o nome de “Vista Alegre”.⁹

Serafim Corrêa de Barros nasceu em 02 de agosto de 1817, possivelmente nas proximidades de São Pedro Tujá (Abacatu), em terras pertencentes ao atual município de Júlio de Castilhos¹⁰. Pode-se dizer que ele faz parte das primeiras gerações de luso-brasileiros nascidos no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, Noroeste do estado, em um período em que o domínio luso estava se efetivando na região. Oficialmente português desde 1801, devido ao Tratado de Badajoz, o sul do Brasil foi sendo aos poucos ocupado por gente vinda de outras áreas, como Porto dos Casais (atual Porto Alegre), Santa Catarina, Paraná e São Paulo, com o incentivo da administração colonial. A ocupação luso-brasileira por meio da concessão de títulos de posse de terras – as sesmarias – foi um mecanismo utilizado pelo governo nesse sentido.

Serafim era filho do paulista Serafim Corrêa de Barros e de Ana Maria de Jesus. Não há dados a respeito do local de nascimento da mãe, mas sabe-se que foi batizada em 1795 na Capela curada de Santa Bárbara da Encruzilhada, RS. Por parte de mãe, seus avós eram Jacinto Pereira Henriques, natural do Porto dos Casais, e Vicência Maria de São Joaquim, nascida em Rio Pardo em 1776¹¹. A mãe o teve solteira, aos 22 anos. Talvez por isso ele usasse, quando jovem, o sobrenome Jacinto – por causa do avô¹², Jacinto Henriques, ou do tio, o Cel. Zeferino José Jacinto¹³.

⁹ GOMES, 1966, p. 103-05.

¹⁰ COSTA, Firmino. **Terra de Vila Rica**. Contribuição ao estudo da história do município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: Publicação do Centro Cultural Francisco Salles/Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991, 454. O autor não conseguiu confirmação oficial para o local de nascimento de Serafim Corrêa de Barros.

¹¹ COSTA, 1991; Pereira, 2004.

¹² GOMES, 1966, p. 104.

¹³ COSTA, 1991, p. 454.

O pai teve outros cinco filhos, entre 1824 e 1834, com Comba Maria d'Almança¹⁴, natural de Piratini, com quem foi casado. Serafim, o paulista, faleceu em 1836, em Olhos D'Água, no município de Bagé, deixando herança ao filho homônimo¹⁵.

Durante a Revolução Farroupilha, em um intervalo de batalha (1843 ou 44), Serafim, o filho, casou-se com Carolina Josefa Leopoldina¹⁶, ou Carolina Padilha¹⁷, natural de São Miguel das Missões, também filha de pai paulista e mãe rio-grandense (de Rio Pardo)¹⁸. Então, por volta dos 27 anos, Serafim Corrêa de Barros fundou a estância Vista Alegre (figura 2), propriedade que leva o nome da coxilha “batizada” por ele.

Diferentemente da ordem em que é apresentada no livro de Aristides de Moraes Gomes, como uma consequência da vida e obra do Cel. Serafim *Bravo*, foi a estância Vista Alegre que levou esta pesquisa ao conhecimento de Serafim Corrêa de Barros. E foram as coisas de sua terra que a conduziram à gente de sua época.

¹⁴ PEREIRA, Cláudio Nunes. **Genealogia Tropeira**. Rio Grande do Sul, século XIX e XX. Coletânea de material histórico e genealógico. 2004, p. 185. Disponível em: <<http://valdenei.silveira.googlepages.com/genealogiatropeira>>. Acesso em: 10 set. 2006. COSTA (1991, p. 454) usa grafia diferente: Comba Maria de Almanso.

¹⁵ GOMES, 1966, p. 106; PEREIRA, 2004, p. 184.

¹⁶ COSTA, 1991, p. 455.

¹⁷ GOMES, 1966, p. 105.

¹⁸ PEREIRA, 2004, p. 219.



Figura 1: Serafim Corrêa de Barros, então coronel.
Fonte: Costa, 1991, p. 454.



Figura 2: Sede da Estância Vista Alegre. Fonte: Arquivo da autora (25/08/2006).

1.2 A formação da Vista Alegre e a propriedade da terra no Noroeste do Rio Grande do Sul.

Aristides de Moraes Gomes¹⁹ afirma que a Vista Alegre foi estabelecida na propriedade da mãe de Serafim Corrêa de Barros, Ana Maria de Jesus. Já Firmino Costa, que buscou respaldo em dados oficiais para escrever *Terra de Vila Rica* (1991), diz que a Vista Alegre foi erigida em terras do sogro de Serafim, o paulista Antônio Rodrigues Padilha, dono de uma sesmaria perto da guarda de São Pedro, falecido em 1849. Com base em informações dadas por Firmino Costa, Cláudio Nunes Pereira conta, em *Genealogia Tropeira*²⁰, que Serafim Barros procedeu ao registro paroquial de suas terras em 01 de julho de 1856, no Distrito de São Xavier, em São Martinho²¹. Segundo o referido registro, suas possessões compreendiam:

Um campo situado entre o Toropy e o Caneleira, que terá 2 léguas quadradas. Ao Norte, limita com José Dutra e Geraldo Machado, ao Sul com o Barão de Jacuí e João Jacinto Fogaça, ao Oeste com José Pereira de Souza, ao Leste com Joaquim Manuel Pinto. Parte desse campo foi herdado por herança do finado sogro Antônio Rodrigues Padilha e outra parte por compra que fez a Joaquim Pereira. (*Ver figura 3, a seguir*).

¹⁹ GOMES, 1966, p. 105.

²⁰ PEREIRA, 2004, p. 186-187.

²¹ Segundo Costa (1991, p. 128-29), o município de Cruz Alta, desmembrado de Rio Pardo em 1833, foi dividido, em 5 de agosto de 1836, em seis distritos: Vila, São Martinho, Botucaraí, Passo Fundo, Palmeira e São Miguel. O atual município de Júlio de Castilhos estava então situado parte no 1º Distrito – Vila de Cruz Alta, e parte no 2º. Distrito – São Martinho, o qual se estendia da Serra Geral ao Toropi e pontas do Jaguari. Em 1855 São Martinho passou a ser o 6º Distrito; em 1863 o 9º, permanecendo como tal até sua emancipação, em 1876.

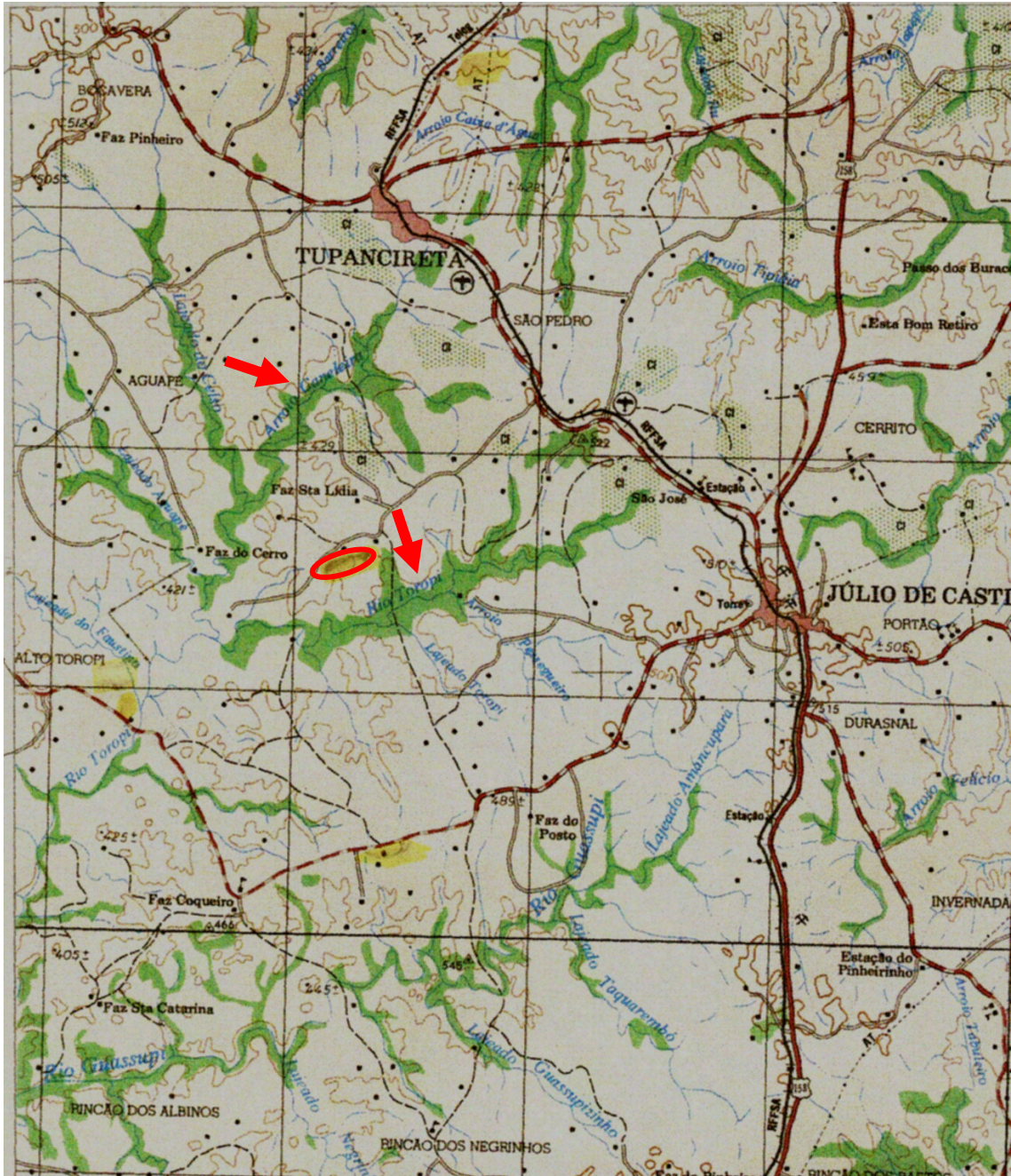


Figura 3: Detalhe de Carta do Exército demonstrando a localização da sede da estância Vista Alegre (circulada em vermelho), do Arroyo Caneleira e do Rio Toropi (indicados pelas setas vermelhas). Fonte: Ministério do Exército – Depto. de Engenharia e Comunicações. Carta Santa Maria (Folha SH.22-V-C MIR-534). Escala: 1:250000. (Carta inteira disponível no anexo H da versão impressa desta tese).

Além da herança e da compra, Costa²² ainda levanta a hipótese de que talvez esta área fosse antiga propriedade do avô materno de Serafim, Jacinto Pereira Henriques.

Cabe lembrar que o registro da terra havia se tornado obrigatório dois anos antes, com a regulamentação da Lei de Terras, sancionada pelo Governo Imperial em 1850. De acordo com a referida Lei, os proprietários deveriam registrar suas posses junto à Repartição Especial das Terras Públicas. Esse órgão era a representação, nas províncias, da Repartição Geral das Terras Públicas, instituição governamental criada em 1854 especialmente com a finalidade de medir, revalidar e legitimar domínios públicos e particulares, assim como vender e conservar terras devolutas, determinando os procedimentos para o registro das terras já possuídas²³. Fazia parte do procedimento o registro paroquial das possessões, que consistia em uma declaração do possuidor de terra, em duas vias, escrita pelo próprio ou por um representante seu, entregue ao vigário de sua freguesia, que por fim efetivava o registro²⁴. Na referida declaração não precisavam constar dados como a extensão e os limites da terra registrada, sendo necessário somente o nome do possuidor e a localização de sua posse, o que levou a registros imprecisos e com informações bastante heterogêneas²⁵. Além disso, não era necessário provar o que estava sendo declarado.

²² COSTA, 1991, p. 99.

²³ ORTIZ, Helen Scorsatto. **O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850-1889)**. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: UPF, 2006, p. 49; COELHO, Lucinda de Mello. "Terras e Colonização no Segundo Reinado" in **Anais da XX Reunião da SBPH/Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Rio de Janeiro: SBPH, 2000, p. 291.

²⁴ COELHO, 2001, p. 292.

²⁵ ORTIZ, 2006, p. 51.

1.2.1 As concessões de sesmarias

No Rio Grande do Sul a posse da terra e do gado, segundo Sandra Pesavento²⁶, foi definida pelo regime de sesmarias, o qual possibilitou o início do estabelecimento das estâncias por volta de 1730. As sesmarias, terras medindo em tese 3 léguas por 1 légua (cerca de 13.000 hectares)²⁷, eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados, não sendo exigido aos beneficiados, futuros estancieiros (ex-tropeiros ou militares que haviam dado baixa), a disponibilidade de recursos econômicos, dado que diferenciava o processo de concessão realizado na Província de São Pedro do praticado no Nordeste, por exemplo²⁸. Já Mário Maestri aponta as posses pessoais como um dos fatores a ser considerado pela administração colonial no julgamento de uma requisição territorial. Segundo o autor, no Sul os contemplados com sesmarias eram “os oficiais superiores e subalternos, os aventureiros e comerciantes bem sucedidos, os homens de posse”²⁹.

Mesmo que não fosse requisito indispensável à concessão de terras, ter meios econômicos era, segundo Helen Osório³⁰, condição que favorecia o acesso às sesmarias. Porém,

o interesse da Coroa na ocupação e defesa militar desse território sobrepunha-se aos critérios de possuir recursos e cultivar efetivamente as

²⁶ PESAVENTO, Sandra Jatthy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990, p. 15.

²⁷ KÜHN, Fábio. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002; OSÓRIO, Helen. **Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1990; ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002. No início da colonização as sesmarias não tinham essa extensão fixada, podendo ultrapassar a medida de 3 X 1 légua.

²⁸ PESAVENTO, 1990, p. 15.

²⁹ MAESTRI F^o., Mário. **O Escravo no Rio Grande do Sul**. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. Porto Alegre: EST, 1984, p. 47.

³⁰ OSÓRIO, 1990.

terras. Não foi critério de concessão, por exemplo, o possuir escravos, ao contrário de outros espaços coloniais³¹.

A mesma autora, assim como Fábio Kühn³², apontam ainda para o fato de que se o requerente possuísse relações com a hierarquia militar o processo de concessão de terras seria favorecido. No mesmo sentido, Paulo Zarth³³ afirma que o tamanho da propriedade estava ligado ao grau militar e à influência do beneficiado. Como afirma Helen Osório,

A débil organização do aparelho administrativo colonial transformou os militares, comandantes de distritos, em peças fundamentais no processo de concessão de terras. Feitos os requerimentos, cabia a eles a informação sobre a situação das terras pedidas³⁴.

A doação de terras em forma de sesmarias foi iniciada, no Rio Grande do Sul, “na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, passando por Gravataí e um pouco mais ao sul, acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época”³⁵. A primeira concessão de sesmaria no Continente de São Pedro ocorreu em 1732, no lugar chamado Conchas, nos campos de Tramandaí³⁶. Segundo Fábio Kühn, essas primeiras concessões foram seguidas das apropriações de terras na bacia do Jacuí, na década de 1750³⁷.

Quando em 1777, pelo Tratado de Santo Ildefonso, os portugueses conseguiram recuperar terras ocupadas pelos espanhóis no Sul, tornou-se comum que os governos que se seguiram, como o de Sebastião Xavier (1780-1801) e Paulo José da Silva Gama (1803-1810), expulsassem alguns indivíduos que já ocupavam a região, redistribuindo as terras tomadas em favor de outros, conforme lhes

³¹ OSÓRIO, 1990, p. 63.

³² KÜHN, 2002, p. 56.

³³ ZARTH, 2002, p. 58.

³⁴ OSÓRIO, 1990, p. 228-29.

³⁵ PESAVENTO, 1990, p. 15.

³⁶ TORRONTÉGUY, Teófilo O. V. **As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994, p. 25.

³⁷ KÜHN, 2002, p. 56.

conviesse³⁸. O acesso a terra, desse modo, estava condicionado não somente à Lei sobre a doação de sesmarias, de aplicação diversa ao longo do território brasileiro³⁹, mas também às relações pessoais com a elite rio-grandense.

Já com relação à região das Missões Teófilo Torrionteguy⁴⁰ vincula a ocupação lusa dessa área, que culminou com o Tratado de Badajoz (1801), a uma ação estratégica dos militares de Rio Pardo. Segundo o autor, quando as Missões ainda encontravam-se sob o domínio do Vice-Reinado do Prata, Borges do Canto e Manuel Pedroso comandaram indígenas e soldados portugueses e, partindo de Santa Maria, tomaram a Guarda Espanhola de São Martinho⁴¹. Esse episódio, de acordo com Torrionteguy, deu início à ocupação portuguesa do território missioneiro; a partir daí, segundo o autor, toda a região da Depressão Central até a fronteira ocidental, rio Uruguai, foi distribuída em sesmarias pelos portugueses, sendo que esses novos limites passaram a ser patrulhados pelos estancieiros com seus peões-soldados.

Entretanto, esse processo de ocupação lusa do território missioneiro foi realizado também às margens do sistema oficial de concessão de sesmarias. De acordo com Paulo Zarth⁴², as terras da região missioneira que foram conquistadas pelos portugueses em 1801 passaram a ser vendidas pelos administradores do território, que se julgavam com o direito de fazer este tipo de negócio. Zarth afirma, ainda, que era mais fácil comprar a terra do que requerê-la em forma de sesmaria,

³⁸ ZARTH, 2002, p. 58-59.

³⁹ Conforme Helen Osório (1990), mesmo com a tentativa da Coroa de unificar e consolidar a legislação a respeito da concessão de sesmarias, o que se deu por meio do *Alvará de Regimento das Sesmarias no Brazil*, de 5 de outubro de 1795, na prática o que se presenciou foi a disparidade na aplicação de suas regras conforme a região e os interesses da Coroa.

⁴⁰ TORRIONTEGUY, 1994, p. 32.

⁴¹ Não confundir com o Distrito de São Martinho, onde foi estabelecida a estância Vista Alegre.

⁴² ZARTH, 2002, p. 60.

“processo que exigia demorada tramitação e que, no final, dependia da indicação dos mesmos chefes militares que vendiam as terras por preços bastante baixos”⁴³.

De acordo com Helen Osório⁴⁴, nessa região o processo de concessão de sesmarias, desencadeado após a decadência das Missões jesuítico-guaranis, seria iniciado somente em 1810, no governo de D. Diogo de Souza. Nessa área, as doações contemplaram, em grande medida, moradores e negociantes em Porto Alegre, comandantes e seus parentes, em prejuízo dos soldados rasos que haviam ocupado a terra anteriormente. As áreas abrangidas então eram as terras entre os rios Ibicuí, Ibirapuitã, Jaguari, Grapuitã, Santa Maria e Vacacaí⁴⁵.

No Noroeste do estado, região que também abarca parte da área missioneira, a ocupação mais efetiva da terra por parte de estancieiros luso-brasileiros deu-se no século XIX, após o domínio luso oficializar-se com o Tratado de Badajoz. Mesmo que inicialmente concedidas em forma de sesmarias, as terras nessa área do Rio Grande do Sul acabavam sendo transferidas a outros proprietários através de mecanismos ilegais, como já vinha ocorrendo no restante da Província, como atesta o ofício do Vice-rei do Brasil ao Provedor da Fazenda Real, datado de 1784:

Desta notável irregularidade procede a má fé, com que muitos requerem as mesmas sesmarias e logo as traspassam e vendem para pretender outras até por interpostas pessoas, de modo que [...] se faz manifesta a insofrível desigualdade, com que uns cheios de ambição insaciável desfrutam, alienam e traspassam a maior parte dos terrenos, ficando outros, conseqüentemente, privados dos quais podem cultivar com maior utilidade do Estado e mais conhecida vantagem dos rendimentos⁴⁶.

⁴³ ZARTH, 2002, p. 60-61.

⁴⁴ OSÓRIO, 1990, p. 215.

⁴⁵ OSÓRIO, 1990, p. 215-16.

⁴⁶ Ofício do Vice-rei do Brasil ao Provedor da Fazenda Real. Rio de Janeiro, 7/3/1784. ANRJ, cód. 104, v. 6, fls. 562-563 in OSÓRIO, Helen. “Estancieiros que plantam, lavradores que criam e comerciantes que charqueiam: Rio Grande de São Pedro, 1760-1825” in GRIJÓ; KÜHN; GUAZZELI; NEUMANN; OSÓRIO (et. al.), **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p. 76.

Os registros do viajante-naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire⁴⁷ apontam para a situação em que se encontravam os camponeses pobres mediante a prática da doação de sesmarias. Em sua visita à estância do Rincão da Boca do Monte, no atual município de Santa Maria⁴⁸, Saint-Hilaire relata:

O mesmo terreno é dado seguidamente a várias pessoas. Mais freqüentemente ainda acontece que um pobre agricultor, inteiramente estranho aos litígios, se estabelece em um terreno, com permissão do Comandante, e quanto tem colocado aí seu gado e construído sua choupana, homens ricos de Porto Alegre e de outras partes obtêm títulos de sesmaria do mesmo terreno e pretendem expulsar aquele que o desbravou com sacrifício, substituindo-o por um administrador para auferir as rendas, sem se dar ao menor trabalho⁴⁹.

No município de Cruz Alta, Noroeste do Rio Grande do Sul, o povoamento luso-brasileiro desenvolveu-se de forma mais decisiva a partir da década de 30 do século XIX. É nesse período, em 1843/44, que a estância Vista Alegre foi estabelecida em São Martinho, Distrito então pertencente a Cruz Alta.

1.2.2 As posses livres e a Lei de Terras

Como visto anteriormente, a estância Vista Alegre não foi estabelecida em terras concedidas a Serafim Corrêa de Barros em forma de sesmaria. Esse fato chama a atenção para a maneira como as terras foram ocupadas por estancieiros

⁴⁷ Em sua viagem pelo Rio Grande, iniciada em junho de 1820 e findada um ano depois, Saint-Hilaire foi acolhido em diversas estâncias, ao longo das localidades de Torres, Porto Alegre, Tramandaí, Viamão, Mostardas, Rio Grande, Pelotas, Uruguaiana, São Borja, Santa Maria, Cachoeira do Sul e Rio Pardo. Desse empreendimento resultou a *Voyage à Rio Grande do Sul*, publicada pela primeira vez em 1887, em Orléans, 34 anos após a morte do autor. No Brasil a obra chegou, traduzida parcialmente, em 1935. A obra de referência para o presente estudo, em sua quarta edição por Martins Livreiro (2002), é a tradução integral feita por Adroaldo Mesquita da Costa.

⁴⁸ A atual cidade de Santa Maria pertencia, nessa época (1821/22), ao município de Rio Pardo, do qual originou-se Cruz Alta.

⁴⁹ SAINT-HILAIRE, 2002, p. 333.

entre 1822, data oficial do fim da concessão de sesmarias, e 1850, data em que a Lei de Terras foi sancionada.

Segundo Helen Ortiz⁵⁰, “a partir de 1822, excluídas a compra e a herança, a posse passou a ser a única forma de obtenção de terras, na falta de qualquer lei que normalizasse seu uso e exploração”. A autora chama atenção para o fato de que, nesse período, o termo *posseiro* deixou de referir-se apenas aos detentores de pequenas extensões de terras com produção para subsistência e a pequenos plantadores que participavam subsidiariamente da produção para exportação, e passou a dizer respeito a todo aquele que ocupava a terra sem que esta lhe tivesse sido concedida previamente⁵¹. Dessa forma, a designação de *posseiro* aplicava-se também ao grande proprietário.

O sistema de posse, segundo Zarth⁵², permitia que qualquer morador ocupasse a terra de forma mansa e pacífica. Esse sistema teoricamente teria dado chances aos grupos menos abastados que criassem pequenas propriedades rurais, preferencialmente visando à produção agrícola. Torronteguy aponta para os conflitos gerados pelo apossamento das terras no Rio Grande do Sul, onde antigos tropeiros, soldados desmobilizados e mestiços indígenas transformaram-se em posseiros, entrando em conflito com os estancieiros⁵³. Na concepção de Nelson Piletti e Ivone Mosolino⁵⁴, a ausência de uma legislação que regulamentasse a posse da terra, a partir da independência do Brasil até 1850, possibilitou que homens livres pudessem ocupar pequenas áreas de terras devolutas. Entretanto, na prática, o que ocorria era a posse de mais terras pelos já detentores de grandes extensões de campo. O

⁵⁰ ORTIZ, 2006, p. 39-40.

⁵¹ ORTIZ, 2006, p. 40.

⁵² ZARTH, 2002, p. 75.

⁵³ TORRONTÉGUY, 1994, p. 59.

⁵⁴ PILETTI, Nelson; MOSOLINO, Ivone. **A Questão da Terra no Brasil**. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 1999, p. 26.

latifúndio ampliava-se, e os lavradores mais pobres, assim como grupos indígenas, se viam restringidos a trabalhar para os estancieiros ou migrar para as terras que não interessavam à elite rural.

A posse da terra por meios não oficiais, embora legítimos, foi, assim, o que conduziu o processo de apropriação territorial entre 1822 e 1850. Por não ser regulado, o acesso a terra acabou sendo ditado, por assim dizer, pela “lei do mais forte”: grandes porções de terras foram ocupadas pela já formada elite territorial, que muitas vezes ignorava a presença anterior de posseiros mais humildes.

Também a compra e a venda de terras, mesmo que não respaldadas por vias documentais, consistiam em um expediente recorrente nesse período de *posses livres*. No município de Cruz Alta há vários exemplos dessa prática. Um deles parte da declaração feita por Salvador Martins França ao Registro Paroquial de Terras de Cruz Alta, em 1850. Segundo Zarth⁵⁵, o declarante registrou ser possuidor de sete sesmarias de campo, adquiridas em 1845, mediante compra, do Ten. Cel. Vidal José do Pilar, ao qual as terras haviam sido concedidas, entre 1817 e 1831, por outros chefes militares e pelo Presidente da Província.

Outro exemplo dessa prática de compra e venda de terras na região de Cruz Alta entre 1822 e 1850 pode ser verificado no depoimento que João César Medeiros de Farias deu ao arquiteto Nery A. Silva, disponível em *Arquitetura Rural do Planalto Médio*⁵⁶. Segundo o depoente, seu bisavô, João Medeiros de Farias, e seu irmão, José Serafim Medeiros de Farias, compraram juntos, por volta de 1837, as terras da fazenda do major Dias, a qual havia sido requerida por sesmaria. Fundaram, então,

⁵⁵ ZARTH, 2002, p. 61.

⁵⁶ SILVA, Nery L. Auler. **Arquitetura Rural do Planalto Médio**. Séc. XIX. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2004, p. 151.

a Fazenda do Triunfo, localizada no atual município de São Miguel das Missões, que também pertencia a Cruz Alta⁵⁷.

Outra forma de apossamento nesse período em que o Estado estava ausente das questões referentes à ocupação territorial dava-se por meio da doação de terras, mesmo que não mais em caráter de sesmaria. Exemplo dessa prática pode ser conferido na declaração do Ten. Cel. Joaquim Thomas da Silva Prado, feita junto ao Registro Paroquial de Cruz Alta em 1855, por meio da qual o proprietário registrou a extensão de 39.200 hectares, os quais lhe haviam sido concedidos pelo comandante da fronteira, Cel. João Palmeiro, em 1825⁵⁸.

Serafim Corrêa de Barros ocupou suas terras nesse período de *posses livres*, em que o Estado estava ausente das tramitações relativas à propriedade territorial. Sua declaração ao Registro Paroquial é também uma demonstração de como as propriedades constituíam-se entre 1822 e 1850: “parte desse campo foi herdado por herança do finado sogro Antônio Rodrigues Padilha e outra parte por compra que fez a Joaquim Pereira”⁵⁹.

Se por um lado esse registro de *posses*, obrigatório⁶⁰ a partir da Lei de Terras, era uma tentativa de garantir por lei os domínios territoriais já estabelecidos no campo, por outro, era um meio de legitimar e até incentivar *posses fraudulentas*. Isso porque, na medida em que não era exigido que se comprovasse o que estava

⁵⁷ A segunda sede da Fazenda do Triunfo, erigida a partir da divisão das terras entre os irmãos Medeiros de Farias, em 1870, ainda encontra-se em pé, tendo sido até pouco tempo atrás um hotel fazenda.

⁵⁸ ZARTH, 2002, p. 62.

⁵⁹ PEREIRA, 2004, p. 187 (citação já feita).

⁶⁰ Embora obrigatório, o registro de terras nem sempre era efetivado, e não somente por falta de recursos econômicos por parte das camadas mais pobres da sociedade. Segundo Luís Augusto E. Farinatti, “é difícil saber como a obrigatoriedade da declaração ao vigário foi entendida e praticada nas diferentes regiões da província” (FARINATTI, Luís Augusto Ebling. “Por uma história agrária do Rio Grande do Sul” in **Histórica**: Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, n. 5. Porto Alegre, APGH, PUCRS: 2001, p. 204).

sendo declarado, os declarantes tinham a possibilidade de tomar terras de indígenas, de pequenos proprietários, e terras não ocupadas (do Estado, portanto), e registrá-las, por vias legais, em seu próprio nome. Torronteguy, nesse sentido, afirma que “muitos estancieiros haviam ocupado terras além de seus limites patrimoniais e também em outros lugares. As posses dessas terras extras foram legalizadas”⁶¹.

Dessa forma, a Lei de Terras acabou por respaldar a estrutura latifundiária que se configurava no Rio Grande do Sul, perpetuando a exclusão social. Nas palavras de Aldomar Rückert, “por meio de pedidos de legitimação de posses ao governo provincial, os estancieiros consolidam a grande propriedade privada de vastas extensões de campo”⁶². O processo de privatização das terras deu continuidade à exclusão social que já vinha sendo praticada desde a entrada dos portugueses no território sulino, mas adquiriu nova roupagem.

A aplicação da Lei de Terras acabou por legitimar um sistema de exclusão já vigente em todo o Brasil. Entretanto, seu foco principal era com relação à regularização do trabalho, o que passava pela questão da regulamentação das terras ainda não ocupadas – as terras devolutas. Em seu artigo primeiro, a Lei determinava: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Por devolutas, no período, entendiam-se todas as terras que não fossem ocupadas, que estivessem vagas⁶³. Em um contexto no qual a vinda de imigrantes europeus para o Brasil e a crescente pressão pelo fim da escravidão apontavam para uma complexificação social, as questões relativas à propriedade da

⁶¹ TORRONTÉGUY, 1994, p. 60.

⁶² RÜCKERT, Aldomar A. **A Trajetória da Terra**: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827-1931. Passo Fundo: Ediupf, 1997, p. 29.

⁶³ Originalmente, o termo *devolutas* dizia respeito às terras que, concedidas como sesmarias, eram tomadas de volta pela Coroa pelo fato de não terem sido aproveitadas dentro do prazo de cinco anos. Com o passar do tempo, o termo passou a ser usado como sinônimo de *vaga*, *desocupada*.

terra exigiam um cuidado maior. A Lei de Terras, nesse sentido, intentava impedir que a ampla faixa de terras livres ou devolutas do Brasil fosse ocupada por escravos emancipados. Desse modo, de acordo com José de Souza Martins, o Estado se incumbiu de restringir artificialmente a abundância de terras⁶⁴. Ao mesmo tempo, ao limitar a posse de terras à compra a Lei acabaria por direcionar as futuras levas de mão-de-obra imigrante para o trabalho em terras de outrem⁶⁵.

Com a Lei de 1850 o governo imperial não desejava redefinir os papéis sociais ou promover uma reforma no campo, mas sim garantir que a posse territorial ficasse nas mãos da elite rural brasileira. Dessa forma, a lei assegurou que as terras permanecessem nas mãos desse grupo social, certificando-o, por vias legais, como proprietário – pelo reconhecimento das terras que o declarante afirmava já possuir ou pela compra de terras devolutas.

1.2.3 O gado e a formação das estâncias

De acordo com Heloisa Reichel e Ieda Gutfreind, a exploração do gado alçado (nas chamadas *vacarias*) alcançara o atual estado do Rio Grande do Sul após 1650, com o incremento do comércio de couro, quando foi estendida para o Sul de Buenos Aires e, na Banda Oriental, para o Norte⁶⁶. As estâncias missioneiras ocupavam a região platina desde o início do século XVII, e responderam a uma

⁶⁴ MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 52-53.

⁶⁵ Sobre a Lei de Terras e suas consequências para os trabalhadores camponeses livres, dentre os quais os imigrantes, ver MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981, especialmente páginas 31-35 e 41-43. O mesmo autor aborda a questão ideológica que sustenta o trabalhador livre sob o jugo do grande proprietário na obra **O Cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, especialmente páginas 145-148.

⁶⁶ REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As Raízes Históricas do Mercosul**. A região platina colonial. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2001, p. 116.

necessidade de sobrevivência da própria Missão ao garantir a permanência do gado em seus domínios. Nos diversos momentos de desorganização missioneira, em que os padres jesuítas eram obrigados a transferir seus povoados de acordo com exigências políticas ou para fugir aos ataques bandeirantes, o gado era deixado para trás, multiplicando-se pelos campos.

Esse fator teve proporções enormes com a tentativa de efetivação do Tratado de Madrid (1750)⁶⁷ pelas tropas luso-espanholas, da qual decorre o episódio que ficou conhecido como Guerra Guaranítica (1754-56). O processo de desestruturação das Missões culminou em 1801, com o Tratado de Badajoz, que passava definitivamente os Sete Povos para o domínio luso. A desorganização – desta vez definitiva – dos Sete Povos liberou, novamente, o gado missioneiro, que acabou sendo incorporado aos rebanhos das estâncias lusas. Nas palavras de Torronteguy, “a partir da tomada das Missões a criação de gado pôde estender-se e intensificar-se”⁶⁸. Foi, portanto, o gado oriundo das próprias Missões jesuíticas espanholas (descendentes, por sua vez, do gado de São Vicente, de onde alguns animais haviam sido levados para o Paraguai ainda no século XVI⁶⁹) que proporcionou o estabelecimento das estâncias lusas no território que hoje corresponde ao Rio Grande do Sul.

Conforme Reichel e Gutfreind, as estâncias lusas estabelecidas na região platina tenderam a aumentar no final do século XVIII, quando os portugueses passaram a se interessar pelo Continente de São Pedro como um espaço

⁶⁷ Deve-se lembrar que o Tratado de Madrid acabou por ser anulado com o Tratado de El Pardo, de 1761.

⁶⁸ TORRONTÉGUY, 1994, p. 32.

⁶⁹ ZARTH, 2002, p. 228-29; REICHEL e GUTFREIND, 2001, 112. Segundo esses autores, a esse gado oriundo de São Vicente teria se somado o gado vindo do Peru. O cruzamento de ambos deu origem ao gado crioulo, predominantemente criado nas estâncias do sul no século XIX (ZARTH, 2002, p. 229).

estratégico, que precisava ser povoado e melhor explorado economicamente⁷⁰. Incentivados com a expulsão dos jesuítas das Missões, os negócios envolvendo o gado adquiriram importância econômica ainda maior, constituindo-se na base da economia gaúcha no século XIX – e fonte, também, de problemas entre o Rio Grande e o governo imperial.

Na fronteira do recém português Rio Grande, a criação de gado *vacum*, muar e cavalar tornara-se, segundo Guilhermino César, uma “atividade aventurosa”, em razão de freqüentes embates armados. Segundo o autor, esse fato acabou por estimular a formação de estâncias em outros pontos aquém da Campanha: “os Campos de Cima da Serra, as pastagens de Passo Fundo e Cruz Alta, onde os pioneiros curitibanos e paulistas se instalaram com os seus criatórios, deram novo impulso à pecuária”⁷¹.

Cabe ressaltar que na época em que foi fundada a Vista Alegre o significado da palavra *estância* diferia daquele conferido no século XVIII, o qual dizia respeito simplesmente à propriedade em que se criava gado, não importando a sua extensão ou a forma como a pecuária era nela praticada (se constituía ou não uma atividade econômica exclusiva)⁷². Segundo Helen Osório, a quase onipresença da pecuária no Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XIX deve ter originado a ligação do termo à atividade pecuária também para o século XVIII⁷³. Mário Maestri também vincula o termo *estância* à atividade pecuária, associando a vinda de

⁷⁰ REICHEL e GUTFREIND, 2001, p. 126.

⁷¹ CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**: período colonial. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, p. 252.

⁷² OSÓRIO, 2004, p. 82.

⁷³ OSÓRIO, 2004, p. 82.

tropeiros vicentinos para o Sul com a fixação destes nessa região, o que acabou por dar origem às primeiras estâncias⁷⁴.

Auguste de Saint-Hilaire⁷⁵ fez largo uso do termo em seus registros referentes às propriedades rurais, incluindo as regiões de Santa Maria da Boca do Monte e Missões (na época de sua viagem o município de Cruz Alta ainda não havia sido criado). No mesmo sentido corroboram as anotações do viajante francês Arsène Isabelle⁷⁶, que, ao percorrer o Rio Grande do Sul em meados do século XIX, referia-se às grandes propriedades pastoris como estâncias, associando a elas um número expressivo de animais, como na passagem que segue:

E como a ambição dos *estancieros* consiste em possuir grandes rebanhos, de cinco, dez e trinta mil cabeças de gado, resulta que procuram possuir a maior extensão possível de campo; deste modo, não é raro ver-se *estâncias*, sobretudo nas Missões e na parte vizinha da Banda Oriental, de dez, vinte e trinta léguas ou mais de extensão⁷⁷.

Também o belga A. Baguet⁷⁸, que percorreu o Rio Grande do Sul em 1845, comentou, a respeito da definição desses estabelecimentos pastoris: “Foi somente em 1721 que, pouco a pouco, os habitantes do Rio Grande começaram a se dedicar à criação de gado e a seus estabelecimentos, aos quais se deu o nome de *estâncias*”⁷⁹.

⁷⁴ MAESTRI, 1984, p. 40.

⁷⁵ SAINT-HILAIRE, 2002.

⁷⁶ Isabelle percorreu as regiões de Uruguaiana, Itaqui, São Borja, Alegrete, Santiago do Boqueirão, São Francisco de Assis, São Vicente, Santa Maria, Cachoeira, Cruz Alta, Rio Pardo, Porto Alegre, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo, Pelotas, São José do Norte e Rio Grande. Seus registros foram traduzidos para o português em 1946, por Dante de Laytano, a partir da edição publicada no Havre em 1835. A obra consultada para o presente estudo, em sua segunda edição (1983), foi publicada por Martins Livreiro sob o título **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834**.

⁷⁷ ISABELLE, 1983, p. 43.

⁷⁸ Baguet deixou à posteridade o livro *Voyage au Rio Grande do Sul e ao Paraguay, precede d'une notice historique sur la découverte du Brésil*, publicado na Bélgica em 1874. Deste foi selecionado o trecho *Voyage ao Rio Grande do Sul*, traduzido por Maria Alves Müller, para publicação, em uma edição conjunta da UNISC e PARAULA, com o título de **Viagem ao Rio Grande do Sul**. A. Baguet descreveu inúmeras passagens sobre as estâncias rio-grandenses, as quais também foram referência para o presente estudo.

⁷⁹ BAGUET, 1997, p. 45-46.

Reichel e Gutfreind relacionam o termo às atividades desenvolvidas na propriedade pastoril da região platina como um todo. Nesse sentido, diferenciam as estâncias coloniais das estâncias mais modernas: enquanto nas primeiras realizavam-se desde a criação de gado até a extração do couro, nas demais eram praticadas atividades quase que exclusivamente ligadas ao desenvolvimento dos rebanhos e à venda do gado em pé⁸⁰.

Segundo Paulo Zarth, “a palavra *estância* é utilizada, normalmente, com o significado de grande estabelecimento pastoril (uma propriedade de 13.000 hectares povoada de reses), mas nem sempre corresponde à realidade”⁸¹. O autor afirma, com base em registros de terras, que sob a denominação de estância existiam estabelecimentos cujos proprietários possuíam pouquíssimos animais, do que decorre, na sua concepção, a existência de vários padrões de estâncias⁸².

Na região de Cruz Alta, as propriedades rurais do século XIX são comumente referenciadas como estâncias, sendo caracterizadas, do ponto de vista econômico, como estabelecimentos pastoris. A criação de gado, na região, destinava-se à venda nas feiras de Sorocaba, até onde os animais eram conduzidos pelos tropeiros. Especificamente com relação à localidade onde se situa a Vista Alegre, Firmino Costa afirma que “não só o comércio de muares, mas também a criação de bovinos constituiu-se numa das principais fontes de renda dos primeiros moradores dos campos de Júlio de Castilhos”⁸³. A propriedade de Serafim Corrêa de Barros se enquadra nessa constatação, conforme atestam os dados arrolados em seu inventário e no de sua esposa (ver tabelas e gráficos no item a seguir).

⁸⁰ REICHEL e GUTFREIND, 2001, p. 127.

⁸¹ ZARTH, 2002, p. 111.

⁸² ZARTH, 2002, p. 111.

⁸³ COSTA, 1991, p. 67.

1.2.4 A estância Vista Alegre

Com relação à Vista Alegre, em particular, não há uma conformidade quanto à definição desta propriedade. Costa⁸⁴ a ela se refere como *Fazenda da Vista Alegre*; Pereira⁸⁵ refere-se a este estabelecimento ora como fazenda, ora como estância; Gomes⁸⁶ usa somente o termo estância. Em nenhum dos três trabalhos existe uma preocupação em definir a Vista Alegre com relação a sua extensão ou à atividade econômica nela desenvolvida, possivelmente porque os autores prendem-se mais à figura de Serafim Corrêa de Barros do que à sua propriedade ou ao contexto da época.

Buscando evitar essa displicência quanto ao uso do termo, por ser este de relevância para o entendimento da Vista Alegre no contexto histórico do século XIX, esta propriedade é aqui denominada de estância, uma vez que tinha como atividade econômica principal a criação de animais. Os dados obtidos nos inventários de Carolina e Serafim Corrêa de Barros atestam essa condição, como demonstrado nas tabelas (1 e 2) e nos gráficos (1 e 2) a seguir, a respeito dos bens semoventes do casal.

Com relação à prática da agricultura nas terras do Cel. Serafim, o inventário de sua esposa faz referência a “uma data de matos com terras de lavoura, casa e paiol, cita no Rincão dos Mellos, avaliada por 1:500\$000”, e a existência de “pomar e horta” junto à casa de moradia, a qual, ao que tudo indica, corresponde à morada do casal. Já no inventário do Cel. Serafim os únicos bens possivelmente ligados ao cultivo de alimentos são “quatro machados em meio uso” e “duas foices em meio

⁸⁴ COSTA, 1991.

⁸⁵ PEREIRA, 2004.

⁸⁶ GOMES, 1966.

uso”. Em seu trabalho de Mestrado Luís Augusto Farinatti atentou para a ausência desse tipo de material nos inventários de donos de estâncias *apenas de campos* na região de Santa Maria, dentre os quais 82% não apresentam qualquer instrumento agrícola entre seus bens. O autor atribui essa ausência ao fato de que nesse tipo de estância dedicavam-se preferencialmente à pecuária, sendo a produção agrícola destinada somente ao consumo interno, o que gerava a dependência de produtos cultivados por donos de unidades produtivas mistas e, principalmente, por lavradores nacionais. Os demais proprietários de *apenas áreas de campos* que apresentavam em seus inventários instrumentos como enxadas, machados, foices e, eventualmente, arados, possivelmente praticavam agricultura de alimentos em zonas florestais internas à propriedade⁸⁷. Mesmo que referentes a terras localizadas no Planalto Médio, os inventários de Carolina e Serafim Corrêa de Barros confirmam esse apontamento de Farinatti.

⁸⁷ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem** – os lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria: 1845 – 1880). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1999, p. 69.

**Tabela 1 – Animais arrolados no inventário de
Carolina Corrêa de Barros (1884)**

	Número de animais	%	Valor (em mil réis)	%
reses de criar	1245	47,56%	12450	51,61%
novilhos	258	9,85%	5160	21,39%
bois mansos	54	2,06%	1290	5,35%
cavalos mansos	88	3,36%	1232	5,11%
potros	106	4,05%	1060	4,39%
éguas de criar	626	23,91%	1252	5,19%
mulas de marca para cima	76	2,90%	1140	4,73%
mulas mansas	3	0,11%	75	0,31%
burros e chores	12	0,46%	240	0,99%
ovelhas	150	5,73%	225	0,93%
Total	2618	100%	24124	100%

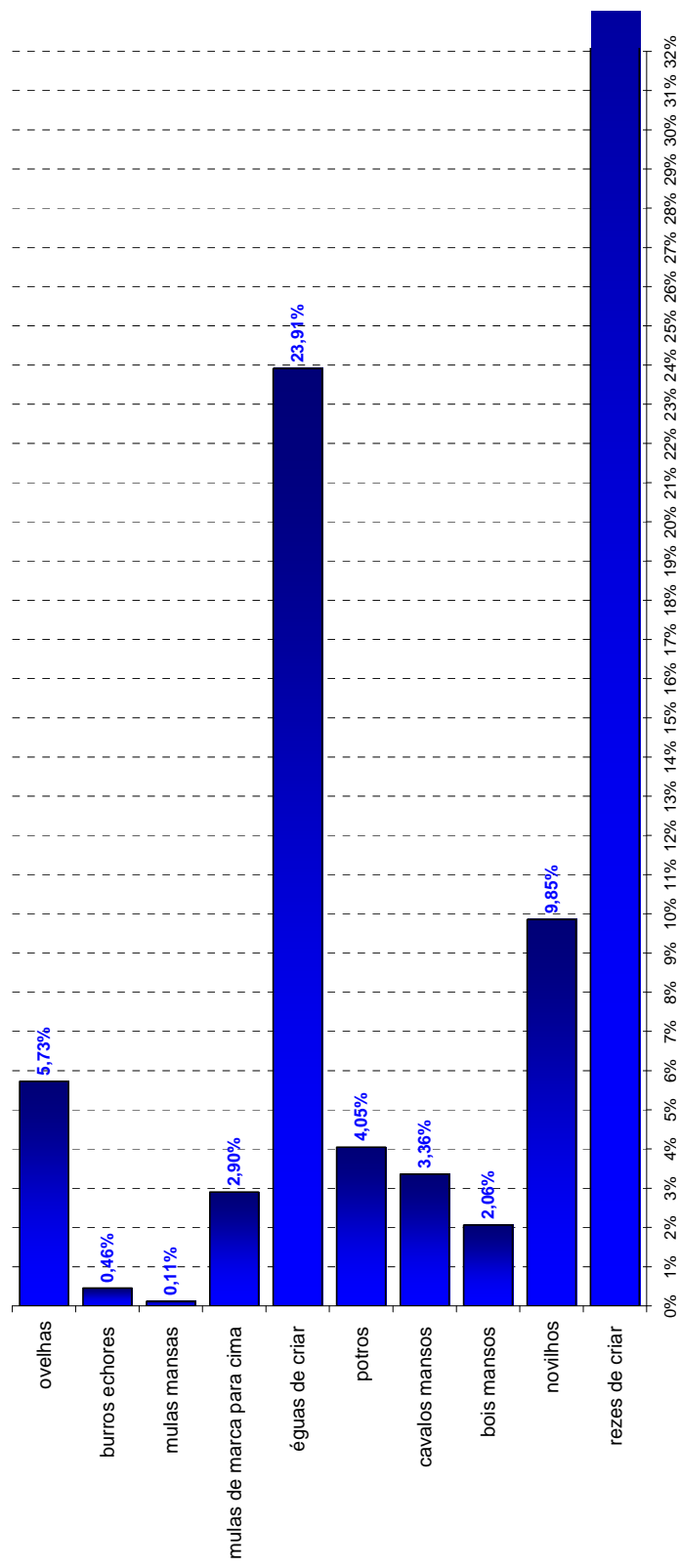
Fonte: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884.

**Tabela 2 – Animais arrolados no inventário
de Serafim Corrêa de Barros (1886)**

	Número de animais	%	Valor (em mil réis)	%
cavalo baio	1	0,14%	100	1,70%
reses de criar chucras	166	22,93%	1660	28,27%
reses de criar mansas	151	20,86%	1812	30,86%
bois mansos	13	1,80%	286	4,87%
cavalos tubianos	10	1,38%	200	3,41%
ditos regulares	11	1,52%	220	3,75%
ditos inferiores	22	3,04%	130	2,21%
potros regulares	14	1,93%	160	2,73%
burros regulares	6	0,83%	150	2,55%
éguas regulares	162	22,38%	324	5,52%
bestas de 1 a 2 anos	39	5,39%	465	7,92%
ditas mansas superiores	2	0,28%	64	1,09%
dita inferior	1	0,14%	25	0,43%
ovelhas regulares	112	15,47%	198	3,37%
porcos capões	7	0,97%	35	0,60%
burros regulares	6	0,83%	12	0,20%
potrilho de raça	1	0,14%	30	0,51%
Total	724	100%	5871	100%

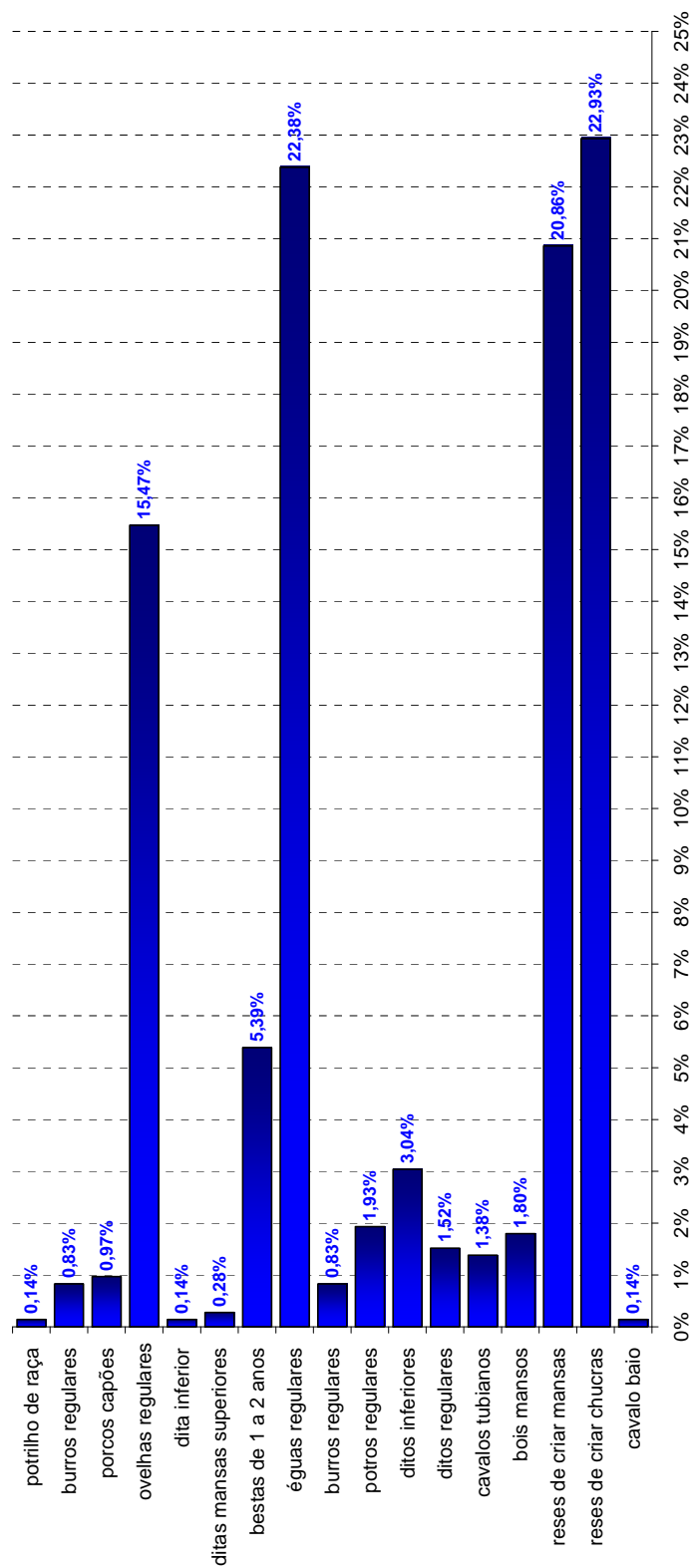
Fonte: Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

Gráfico 1: Animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (1884) - %



Fonte: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maco 01. Estante 132. Ano: 1884.

Gráfico 2: Animais arrolados no inventário de Serafim Corrêa de Barros (1886) - %

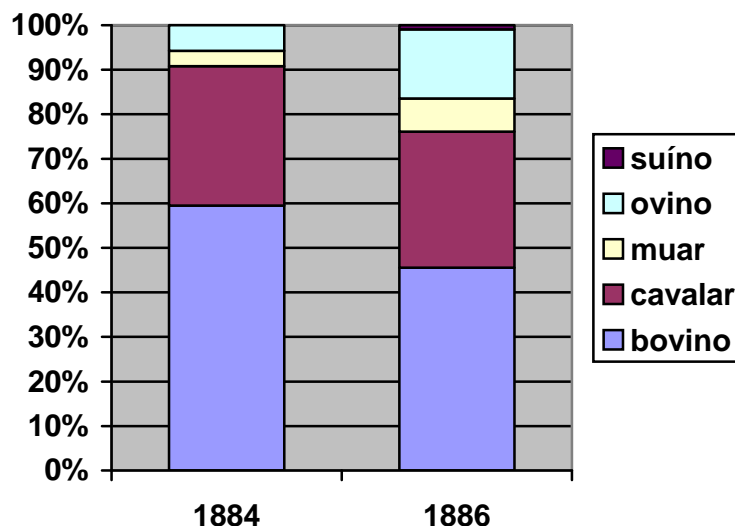


Fonte: Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maco 01. Estante 133. Ano: 1886.

Analisando os dados compilados por Paulo Zarth a respeito da pecuária no Planalto rio-grandense⁸⁸ verifica-se que o perfil do plantel de animais de Serafim Corrêa de Barros (gráfico 3) correspondia ao verificado na região no mesmo período. O gado mular, embora não representasse o maior número na estância, era o mais valorizado, seguido do gado bovino (gráficos 4, 5 e 6), que adquiriu maior importância a partir de fins do século XIX.

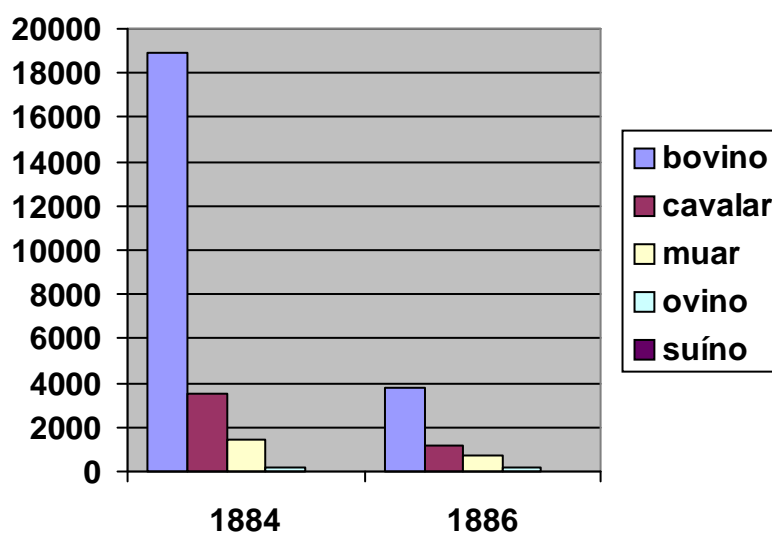
⁸⁸ Perfil elaborado por Paulo Zarth a partir de inventários *post-mortem* pesquisados nos municípios de Cruz Alta, Passo Fundo e Palmeira das Missões. ZARTH, Paulo. **História Agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920**. Ijuí: Editora UNIJUI, 1997, p. 108.

Gráfico 3 – Perfil do plantel de animais da propriedade de Serafim Corrêa de Barros (%)



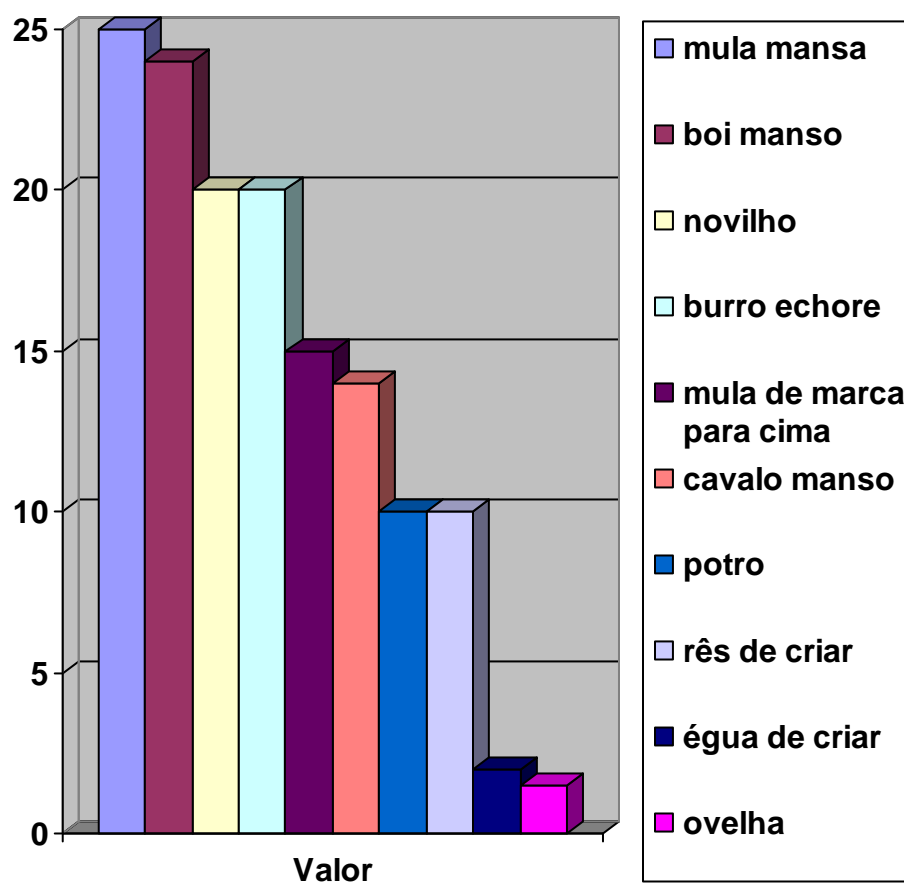
Fontes: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884; Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

Gráfico 4 – Valor total do plantel de animais da propriedade de Serafim Corrêa de Barros (em mil réis)



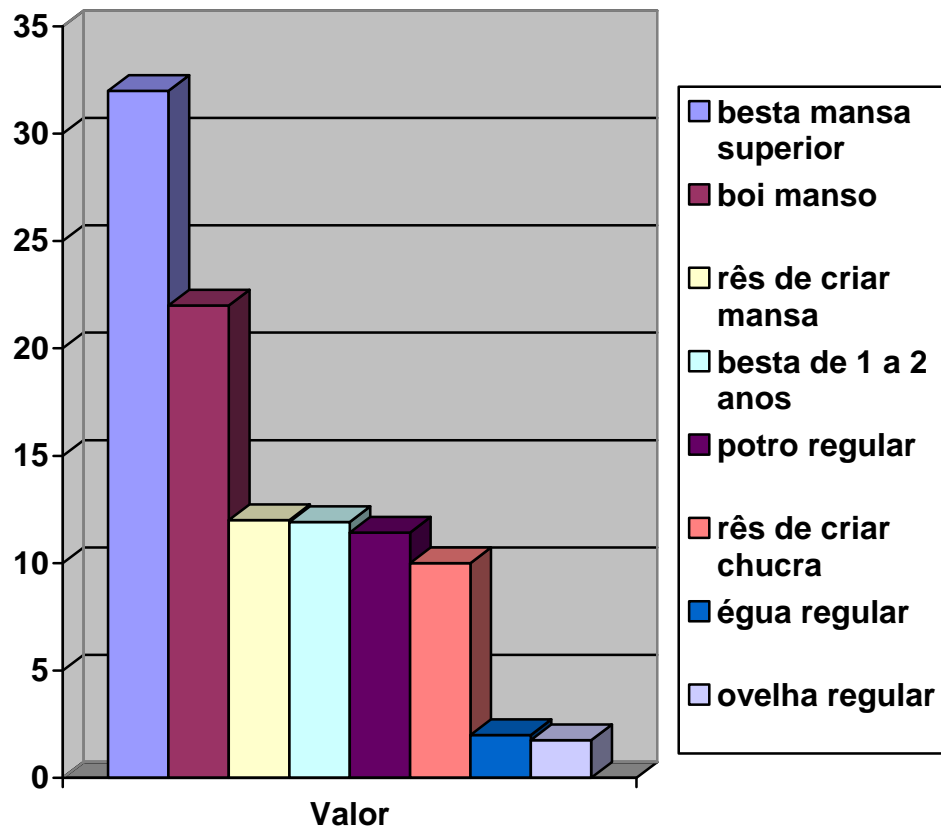
Fontes: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884; Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

Gráfico 5 – Valor individual dos animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (em mil réis)



Fonte: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884.

Gráfico 6 – Valor individual dos animais arrolados no inventário de Carolina Corrêa de Barros (em mil réis)



Fonte: Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

A proximidade entre as datas dos inventários (1884 e 1886) não permite que se trace um panorama das modificações na atividade econômica da Vista Alegre ao longo do tempo, mas as informações obtidas a partir dos mesmos são suficientes para atender aos objetivos da presente pesquisa. A comprovação da dimensão da atividade pecuária desenvolvida na Vista Alegre possibilita uma melhor compreensão de sua dinâmica e também da estrutura social que compunha o seu dia-a-dia.

Cabe agora traçar um panorama sobre os grupos sociais que, por não serem proprietários de terras, tinham sua vida atrelada à elite rural na região em análise. O entendimento do contexto histórico da formação da Vista Alegre passa, desse modo, por uma reflexão sobre a situação em que se encontravam os escravos e os peões no Noroeste do Rio Grande do Sul no século XIX.

1.3 Os escravos na Vista Alegre e a escravidão nas estâncias do Noroeste do Rio Grande do Sul

Em 1820, cerca de quinze anos antes da formação da Vista Alegre, Saint-Hilaire registrava, para a Capitania de São Pedro, as seguintes informações:

Segundo dados que me foram fornecidos pelo senhor José Feliciano Fernandes Pinheiro, que é inspetor da alfândega e se ocupa atualmente com a publicação de uma **História da Capitania**, sua população se eleva a 32.000 brancos, 5.399 homens de cor livres, 20.611 homens de cor escravizados, e 8.655 índios. Nas Missões, em particular, contam-se 6.395 índios e 824 brancos. Tudo isso coincide com o que têm me informado outras pessoas⁸⁹.

⁸⁹ SAINT-HILAIRE, 2002, p. 51.

Embora haja consenso na historiografia contemporânea de que a mão-de-obra escrava estava presente nas estâncias pecuaristas do Rio Grande do Sul, os dados existentes não fornecem muitos detalhes a esse respeito. Em 1982 Margaret Bakos já constatava a falta de fontes estatísticas, atribuindo essa carência, em grande medida, ao desinteresse dos órgãos governamentais oitocentistas no sentido de coletar e organizar dados, ao que se soma o cumprimento, no Rio Grande do Sul, da Portaria de 29 de junho de 1891, que determinava a queima de papéis, livros e matrículas relativos à escravidão⁹⁰.

Dentre os trabalhos que tratam da escravidão no Rio Grande do Sul uma atenção especial é dedicada para a região das charqueadas, onde a concentração de escravos era maior. A obra *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*, do historiador Mario Maestri, é um exemplo dessa produção. Mesmo que concernente à escravidão na zona das charqueadas, o estudo de Maestri dá informações mais amplas sobre o trabalho cativo no Rio Grande. Segundo o autor,

quem se volta para os documentos, encontra o traço do 'negro' já nos primeiros anos; quem se detém nos quartéis, na atividade econômica específica, nas 'vacarias', encontra o homem livre, seja o lusitano, o mestiço ou o indígena aculturado⁹¹.

Maestri afirma que o escravo foi introduzido no Rio Grande do Sul juntamente com os primeiros lusitanos, e que, inicialmente, não se constituiu em mão-de-obra largamente utilizada, uma vez que, segundo o autor, "o comércio e o contrabando no Prata, a caça ao couro ou o comércio com os animais, baseavam-se,

⁹⁰ BAKOS, Margaret M. **RS**: escravismo e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 17.

⁹¹ MAESTRI, 1984, p. 35.

fundamentalmente, no trabalho livre (secundado, em algum grau, pelo trabalho africano ou indígena)”⁹².

De acordo com Maestri, o trabalho escravo nas estâncias não chegou a constituir um Modo de Produção Escravista. Nessas propriedades, os escravos foram utilizados em menor ou maior número de acordo com a época e a região⁹³. Com relação a esse aspecto, pode-se dizer que a escravidão configura-se em uma instituição jurídica que não determina, necessariamente, a existência de um Modo de Produção Escravista. Considerando-se que os modos de produção podem, na prática, não ocorrer de forma pura, como na teoria tão facilmente se delineiam, é preciso aceitar a possibilidade de coexistência de traços tanto capitalistas quanto escravistas na sociedade em questão. Também é preciso considerar que os modos de produção, se considerados como unidades de análise, não são homogêneos nas sociedades em que ocorrem, possuindo características diversas conforme a região em que se estruturam e as pessoas que os fazem desenvolver.

À época da fundação da estância Vista Alegre o Rio Grande do Sul contava com uma população de 2.944.204 brancos, 220.659 pretos, 843 amarelos e 153.376 pardos⁹⁴. Mesmo que os dados apontem para o número de pessoas que trabalhavam na condição de escravos na então Província, não se tem uma precisão quanto à função que os cativos desempenhavam, pois nem as informações estatísticas, nem os inventários *post-mortem*, importantes fontes de pesquisa da história do período, apresentam informações seguras nesse sentido⁹⁵.

⁹² MAESTRI, 1984, p. 35.

⁹³ MAESTRI, 1984, p. 52.

⁹⁴ RAMOS, Artur. **Introdução à Antropologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil. v. I, 1943; II, 1947, citado por CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul: período colonial**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002, p. 33.

⁹⁵ ZARTH, 2002, p. 115.

Aristides de Moraes Gomes, ao fazer um apanhado dos afazeres dos peões nas propriedades pecuaristas serranas (Planalto Médio do Rio Grande do Sul), afirma que, “primitivamente, a maioria dos trabalhadores das estâncias eram negros cativos”⁹⁶. Com relação ao trabalho desenvolvido por esse grupo social, Gomes diz:

Os serviços braçais, como construções de taipas de pedras, aberturas de valas, feitiço de cêrcas de madeira ou taquarussú, cortes de madeira, serviços de lavoura, de olaria, atafona e lidas caseiras, eram executados pelos cativos, guiados por um prático empreiteiro.

Nas lidas campeiras, havia índios campeiraços, mas a maioria eram negros e muitos tornaram-se extraordinários campeiros, domadores, laçadores e pealadores⁹⁷.

Em *História do Rio Grande do Sul*, Danilo Lazzaroto também se refere à diversidade de tarefas que cabiam aos escravos, os quais estavam presentes em toda a vida na estância: “o negro se tornou artífice de quase tudo”⁹⁸.

Essa estreita vinculação do trabalho escravo às lides campeiras não está presente na análise de Maestri, para quem os escravos negros seriam empregados mais nas atividades agrícolas ou domésticas do que na pecuária⁹⁹. Sandra Pesavento afirma que os escravos negros não constituíram a mão-de-obra fundamental das estâncias. Segundo a autora, a atividade de criação não foi capaz de propiciar uma acumulação que permitisse a introdução regular de negros nessas propriedades¹⁰⁰.

Entretanto, em um estudo mais recente sobre a escravidão em meio às estâncias, com especial atenção ao município de Alegrete, região da Campanha, entre 1831 e 1850, Luís Augusto Farinatti aponta para uma presença significativa de escravos homens. Segundo o autor, esse dado decorre não somente do

⁹⁶ GOMES, 1966, p. 247.

⁹⁷ GOMES, 1966, p. 247.

⁹⁸ LAZZAROTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1982, p. 83.

⁹⁹ MAESTRI, 1984, p. 50.

¹⁰⁰ PESAVENTO, 1990, p. 15.

aproveitamento da mão-de-obra cativa em ofícios como carpinteiro, pedreiro e roceiro, mas, principalmente, de sua presença em atividades campeiras, como o costeio do gado¹⁰¹. Mais uma vez, a imprecisão das fontes quanto à atividade desempenhada pelos escravos impossibilita uma afirmação categórica quanto a sua função nas estâncias. Contudo, é válida a observação de Farinatti quanto a essa ausência de designação: é possível que o mesmo escravo desempenhasse diversas funções, não tendo uma posição fixa na estância. A partir da análise de inventários *post mortem* em Alegrete, o autor demonstra que a designação da ocupação do escravo estava presente entre os estancieiros mais afortunados, diminuindo a precisão das especificações na medida em que diminuía o poder aquisitivo do inventariado.

Transferindo a atenção para a região em que a estância Vista Alegre está inserida, é possível obter informações bastante relevantes sobre a escravidão nessa área através de uma análise dos dados fornecidos pelo recenseamento geral do Brasil de 1872. Realizado quatro anos antes da emancipação de São Martinho, o recenseamento fornece um panorama de sua população, que na época constituía o Nono Distrito de Cruz Alta.

De acordo com o referido recenseamento, a *Parochia de São Martinho* contava com 6.767 habitantes em 1872. Destes, 804 eram escravos. O levantamento também classifica a população de acordo com a profissão, evidenciando que dentre as 1.540 pessoas que exerciam a profissão de lavrador, 291 eram escravas. A população de criadores correspondia a 153, dos quais

¹⁰¹ FARINATTI, Luís Augusto. "Escravos do Pastoreio. Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)", in **Ciência & Ambiente**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. UFSM. N. 33 (jul./dez. 2006), p. 142-43.

somente 13 eram mulheres (casadas). Como era de se presumir, não há menção a criadores escravos.

Não há no censo referência às profissões ligadas à pecuária (peões campeiros, laçadores, domadores, pealadores, etc.), mas há um número significativo de escravos “sem profissão”: 121. Se seguirmos a lógica proposta por Farinatti, podemos inferir que os escravos talvez não possuíssem uma atividade fixa, podendo estar também sendo aproveitados na pecuária. Um dado que colabora para essa interpretação é que, no recenseamento, dentre as profissões possíveis de serem seguidas por escravos, somente uma – a de lavrador¹⁰² – é explicitamente ligada ao meio rural, denominada inclusive de “profissão agrícola”, ao lado da atividade de “criador”, da qual, como já mencionado, os escravos não participavam. Afirmar categoricamente que os escravos lavradores e os sem profissão também trabalhavam com o gado é arriscado, mas deve ser uma hipótese a considerar.

Dos 431 escravos homens, 15 eram operários em madeiras, 8 eram operários de edificações, 48 eram criados ou jornaleiros, 46 exerciam serviços domésticos, 259 eram lavradores e 55 foram listados como “sem profissão”¹⁰³. Considerando que as crianças até 10 anos (incluindo essa idade) somavam 165, pode-se inferir que elas provavelmente não eram recenseadas quanto à profissão.

Com relação à Vista Alegre, o inventário de Carolina Corrêa de Barros, de 1884, registra a presença de 14 escravos, dentre os quais 6 foram listados novamente alguns anos após, no inventário de seu esposo, o Cel. Serafim Corrêa de Barros. Somente neste último há o registro das profissões desempenhadas pelos

¹⁰² De acordo com Zarth (2002, p. 172), a palavra *lavrador* “é empregada, basicamente, para designar o que a literatura especializada chama de camponês”.

¹⁰³ Transferindo essa análise para a Província como um todo, dos 35.686 escravos homens recenseados em 1872, 14,35% foram listados como “sem profissão”.

escravos, ainda assim incompleto, uma vez que designa a atividade de três cativos, apenas: José, campeiro; Delphina, cozinheira; e Laurentina, costureira.

De acordo com o “Valor dado pela tabela” (ver anexo M na versão impressa desta tese), José estava avaliado, em 1887, em 900\$000, enquanto que Delphina e Laurentina estavam avaliadas, individualmente, em 675\$000, o que demonstra a valorização da atividade ligada à pecuária¹⁰⁴.

Mais adiante no inventário, quando são listados e avaliados todos os bens arrolados, entre móveis, semoventes e de raiz, os mesmos três cativos aparecem novamente, mas agora avaliados em 400\$000 (José) e 300\$000 (Delphina e Laurentina). Comparando esses dados com os apontados aos mesmos escravos no inventário de Carolina Corrêa de Barros, percebe-se uma queda de valores, como mostra o quadro a seguir.

¹⁰⁴ Sobre a valorização dos escravos campeiros ver Zarth, 1997, p. 156-60.

Quadro 1 – Relação dos escravos arrolados nos inventários de Carolina e Serafim Corrêa de Barros

Inventário de Carolina (1884)				Inventário de Serafim (1886-92)	
Nome	Cor	Idade	Avaliado em	Idade	Avaliado em
José	preta	19	450\$000	22 (1887)	400\$000
Delphina	preta	26	400\$000	29 (1887)	300\$000
Laurentina	preta	20	350\$000	23 (1887)	300\$000
João (doente)	parda	17	100\$000	19 (1886)	Não consta
Maria	preta	42	200\$000	44 (1886)	Não consta
Victorino	preta	24	450\$000	26 (1886)	Não consta
Laurentino	pardo	44	200\$000		
Gaspar	preta	40	200\$000		
Marcelo	parda	28	450\$000		
Libanio	preta	22	450\$000		
Manoel	parda	15	300\$000		
Paulina	preta	17	250\$000		
Luciana	preta	31	200\$000		
Catharina	parda	15	300\$000		

Fontes: Inventário de Carolina Corrêa de Barros – Cartório do Cível, município de Júlio de Castilhos– Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Processo número 40. Maço 01. Estante 132. Ano: 1884.
 Inventário de Serafim Corrêa de Barros – Cartório Provedoria, município de Júlio de Castilhos – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Autos número 19. Maço 01. Estante 133. Ano: 1886.

A historiografia gaúcha por vezes associou o trabalho do negro escravizado nas estâncias à esfera doméstica. Entretanto, o censo de 1872 aponta que somente 46 escravos homens (dentre 431) desenvolviam esse tipo de atividade em São Martinho, contra uma população de 250 mulheres, o que demonstra que o trabalho doméstico era basicamente feminino, e que os homens cativos exerciam majoritariamente outra atividade.

No inventário do Cel. Serafim, como já demonstrado, há a referência ao trabalho de cozinheira e de costureira, ambos desempenhados por mulheres. A título de comparação cita-se a única escrava arrolada no inventário de Anna Maria de Jesus, mãe de Serafim Corrêa de Barros, datado de 1874. Trata-se de Amância, menina de 12 anos de idade, costureira, avaliada em 500\$000 réis. O valor superior de Amância pode ser devido ao ano de realização do inventário de Anna, período em que as campanhas abolicionistas estavam apenas iniciando na região de Cruz Alta.

Em São Martinho, em meio à população brasileira livre que exercia a atividade de lavrador em 1872, 911 eram homens e 312 eram mulheres. Dentre os 26 estrangeiros lavradores livres havia 20 homens e 6 mulheres. Se desconsiderarmos a totalidade da categoria “sem profissão”, engrossada pelo elevado número de homens solteiros e de mulheres também solteiras, bem como de escravos e escravas, a grande maioria dos homens desempenhava profissão “agrícola”. Como o homem era comumente o chefe da família, pode-se inferir que a sociedade de São Martinho era essencialmente rural, dado bastante natural para a época e a região em questão.

Voltando ao contexto regional, segundo Margaret Bakos¹⁰⁵, em 1859 Cruz Alta contava com uma população escrava de 4.019 negros, passando, em 1884, para 1.377 escravos, em 1885 para 206 e contando, em 1887, com 131 escravos. Esse decréscimo da população cativa em Cruz Alta acompanha a tendência verificada no restante do Rio Grande do Sul: a partir de 1874, quando o número absoluto de cativos chegou ao seu ápice (98.450), a percentagem de escravos sofreu um decréscimo contínuo na medida em que a população livre aumentava¹⁰⁶. Em 1887, menos de 1% da população total da Província era composta por escravos, dado que, em 1874, correspondia a 21%¹⁰⁷, o que colocava o Rio Grande, na época, em 3º lugar no país em número de escravos, atrás somente do Rio de Janeiro e do Espírito Santo¹⁰⁸.

Paulo Zarth¹⁰⁹ também apresenta dados bastante significativos referentes à escravidão no Rio Grande do Sul. Particularmente com relação a Cruz Alta o autor, baseado em fontes primárias, aponta o município como ocupando, em 1859, a quinta posição em número de escravos na Província, confirmando o número apresentado por Bakos para este ano, de 4019 cativos (15,17% dos habitantes).

Por ser uma região que não se ocupava do charque, esse número pode ser considerado expressivo – segundo Zarth¹¹⁰, a média nacional em 1864 era de 15%. Tendo por base inventários *post-mortem*, o autor demonstra que, entre 1851 e 1881, dentre 95 inventários de proprietários rurais de Cruz Alta, 34 possuíam escravos (em um total de 168), o que equivalia a 35,7% das propriedades. Especificamente com

¹⁰⁵ BAKOS, 1982, p. 22-23.

¹⁰⁶ BERND, Zilá; BAKOS, Margaret. **O Negro**: consciência e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 70.

¹⁰⁷ BERND e BAKOS, 1998, p. 70.

¹⁰⁸ ZARTH, 2002, com base no *Relatório e Trabalhos Estatísticos* da Diretoria Geral de Estatística (Relatório do Ministério da Agricultura, 1883).

¹⁰⁹ ZARTH, 2002.

¹¹⁰ ZARTH, 2002, p. 122.

relação ao município de São Martinho, Margareth Bakos aponta que o mesmo contava, em 1884, com 741 escravos, número que se viu reduzido a 403 em 1885 e a 157 em 1887¹¹¹.

Margareth Bakos explica que essa redução verificada em todo o Rio Grande do Sul pode estar relacionada com o movimento libertário de 1884, uma contrapartida dos proprietários de escravos rurais perante a lei que criara, um ano antes, o imposto de 4\$000 sobre todos os escravos não sujeitos à taxa geral. Quando elevado para 12\$000, o imposto acabou fazendo com que muitos senhores libertassem seus escravos, os mantendo vinculados ainda por alguns anos mediante contrato de prestação de serviços¹¹². É interessante notar que nos inventários de Anna Maria de Jesus, Carolina e Serafim Corrêa de Barros não há menção a esse tipo de relação de trabalho.

Outro fator que corroborou para a diminuição do número de escravos na Província foi o desenvolvimento do processo de consolidação do capitalismo no campo, em meio ao qual a mão-de-obra imigrante tornava-se mais presente. Quanto a esse aspecto, Helen Ortiz ressalta que a imigração colonial-camponesa européia para o Rio Grande do Sul não visava à substituição dos trabalhadores escravizados, como ocorrera no Sudeste do Brasil a partir de 1850:

O sul do Brasil conta com uma história singular a esse respeito. Em 1888, a falta de braços decorrente da abolição da escravatura foi resolvida pela contratação de trabalhadores livres e despossuídos, ex-cativos, descendentes de libertos, livres pobres e caboclos relativamente abundantes na província¹¹³.

É válido ressaltar, entretanto, que a contratação de trabalhadores vinha ocorrendo desde antes da Lei Áurea, como exposto anteriormente, quando muitos

¹¹¹ BAKOS, 1982, p. 23.

¹¹² BAKOS, 1982, p. 20-21.

¹¹³ ORTIZ, 2006, p. 65.

donos de escravos se viram obrigados a liberar seus cativos da escravidão e atrelá-los de outra forma – através da contratação – para fugir do pagamento de impostos. Os ex-escravos continuaram a participar da economia pastoril. Entretanto, enquanto esta se modificava, a condição dos negros, agora libertos, permanecia a mesma: eles ainda eram considerados subalternos.

Paralela à escravidão estava a atividade desenvolvida pelos peões, trabalhadores que se dedicavam às lides campeiras. A ausência de sua figura no quadro das profissões levantadas no recenseamento de 1872 chama atenção. Entretanto, sabe-se que a peonada estava presente nas estâncias rio-grandenses, sendo representada por trabalhadores livres ou escravos, mas mais comumente designando os primeiros. Talvez essa categoria profissional estivesse sob o signo do lavrador, na medida em que o trabalho agropastoril era sazonal. Um melhor entendimento desse grupo também é necessário para a compreensão da composição social estancieira do Planalto gaúcho no século XIX. Entender o papel do peão na estância é compreender um pouco mais da gente da Vista Alegre.

1.4 Os peões nas estâncias do Noroeste do Rio Grande do Sul.

Essa indiada resoluta não agüentava carona dura, nascera livre e vivia dona de sua pessoa.

[...]

Essa gente, criada no rigor e no sacrifício, era dum valor inexcedível, não receavam nada, não sentiam cansaço nem fome; não exigiam calçados ou conduções, eram os afamados “pés no chão”, com uma carabina à tira-colo e o facão na mão¹¹⁴.

¹¹⁴ GOMES, 1966, p. 249-50.

Assim Aristides Gomes define os peões das estâncias *serranas*, na região de Cruz Alta. A condição errante e pobre da peonada é consenso na historiografia rio-grandense. Fruto de uma geração que viveu um processo de contato interétnico impactante, os peões faziam parte de um grupo social teoricamente livre, e concretamente marginalizado.

Os trabalhadores do campo não proprietários e não escravizados estavam presentes em todo o Brasil, com pequenas diferenças de função. No Rio Grande do Sul, eles formam uma mão-de-obra mais significativa principalmente a partir da decadência das Missões, passando a constituir um grupo social que tinha em comum o passado indígena, no todo ou em parte, e a carência da posse formal da terra. Nas estâncias, os indivíduos que se dedicaram ao trabalho no campo, sob as ordens do estancieiro, receberam a denominação de *peões*, palavra associada, no Sul, ao trabalhador campeiro, ligado à pecuária.

Sandra Pesavento¹¹⁵ afirma que os peões, elementos subalternos oriundos do antigo bando armado que tropeava gado ou de grupos indígenas egressos das missões, constituíam-se em mão-de-obra fundamental nas estâncias de gado onde praticava-se a criação extensiva do rebanho.

Em *História Agrária do Planalto Gaúcho, 1850-1920*, Paulo Zarth assim situa a origem dos peões do Planalto Médio rio-grandense:

os primeiros peões campeiros do planalto procediam dos campos da fronteira sudoeste do Rio Grande de onde vinham acompanhando tropas de gado rumo a São Paulo, ou fugindo por motivos particulares, ou mesmo fugindo das guerras civis e externas que atingiam com mais intensidade aquela região: a guerra do Uruguai na década de 1820; a guerra dos farrapos; a guerra contra Rosas, em 1851¹¹⁶.

¹¹⁵ PESAVENTO, 1990.

¹¹⁶ ZARTH, 1997, p. 168.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos peões nos estabelecimentos pastoris, Zarth demonstra a relação entre o tipo de trabalho e a recompensa pelo mesmo:

Os peões de estância formavam um grupo que se dividia em diversas categorias, em função do tipo de trabalho. Da sua especialidade vinha o seu lugar na escala de remuneração e prestígio. Grosso modo, eram importantes os *capatazes*, que dirigiam o estabelecimento dos proprietários ausentes, e os peões campeiros que, de um modo geral, eram solteiros e habilidosos nas atividades campeiras (laçar, domar, organizar rodeios)¹¹⁷.

Zarth elenca ainda os peões *roceiros*, que trabalhavam na produção de alimentos na roça da estância, e os peões *posteiros*, funcionários encarregados de controlar pontos estratégicos (os postos) nas grandes estâncias de grande porte¹¹⁸. Dentre os remanescentes arquitetônicos da estância Vista Alegre a construção que indica a presença dos peões é o galpão. Se moradores da sede, os peões comumente habitavam os galpões, não a senzala nem a casa do estancieiro. Como não há vestígios arquitetônicos de habitações de trabalhadores remunerados livres dentro dos campos da atual Vista Alegre, e considerando que é a partir dos remanescentes das edificações que compunham esta propriedade que se pretende chegar à compreensão da sociedade do período, justifica-se o fato de a presente pesquisa se ater aos peões relacionados à casa-sede¹¹⁹.

Os peões campeiros eram geralmente solteiros, e constituíam uma mão-de-obra de bastante mobilidade, uma vez que era comum que migrassem de propriedade em propriedade, sendo contratados pelo estancieiro mediante salário fixo. Segundo Aristides de Moraes Gomes, em fins do século XIX o peão da estância

¹¹⁷ ZARTH, 2002, p. 179.

¹¹⁸ ZARTH, 2002, p. 180.

¹¹⁹ Desse modo, justifica-se o fato de os trabalhadores livres que exerciam atividades ou moravam em áreas mais distantes do complexo arquitetônico nuclear da estância Vista Alegre não constituírem o foco principal deste item.

ganhava 10\$000 por mês, enquanto que o tropeiro “nos seus cavalos” 5\$000 por dia e o domador 5\$000 por potro¹²⁰.

Em seus registros, Saint-Hilaire aponta o perfil errante do trabalhador campeiro em um trecho referente à região de Santa Maria:

Em quase todas as estâncias dos arredores de Santa Maria, há índios desertados das vilas. Os homens se empregam como peões, trazendo consigo toda a família. Queixam-se geralmente os patrões da inconstância e do pouco apego desses homens. Dizem, também, que, quando se lhes paga adiantadamente, vão-se embora, não aparecendo mais¹²¹.

Essa passagem ilustra bem a idéia que vai aos poucos sendo construída, no Rio Grande oitocentista, do caráter errante do povo gaúcho, mais uma característica cultural que o discurso da elite rural tentou transformar a fim de propagar sua valentia e ideal de liberdade.

A construção desse discurso passa, também, pela participação dos peões nas lutas de seus patrões. Como afirma Teófilo Torronteguy,

os grandes proprietários passaram a ser chefes de tropas na Guarda Nacional, oficiais vitalícios; enquanto que os peões, changadores, posteiros, índios vagos e escravos, enfim, aqueles demais não-proprietários foram soldados vitalícios. Serviram ao proprietário, na guerra, como peões-soldados; na paz, como mão-de-obra nas estâncias e nas charqueadas e receberam em troca dos serviços o suficiente para a reprodução da força de trabalho. Tanto os escravos quanto os trabalhadores livres não poderiam optar por prestarem ou não aqueles serviços militares. Pode-se dizer que esses serviços foram praticamente compulsórios¹²².

A participação dos peões nas guerras que não eram suas contribuiu para a formação de um discurso que os enaltecia em palavras, mas que nada tinha a

¹²⁰ GOMES, 1966, p. 156. Para fins de comparação cabe demonstrar que no mesmo período, segundo o mesmo autor, o gado estava pouco valorizado: 50\$000, no máximo, para o boi gordo, e 30\$000 o cavalo, ainda assim o dobro do preço em que os animais de Serafim Corrêa de Barros foram avaliados.

¹²¹ SAINT-HILAIRE, 2002, p. 338.

¹²² TORRONTÉGUY, 1994, p. 57.

contribuir com a sua condição social. Os peões continuaram sendo subalternos e não proprietários, mesmo que “livres” e “donos de si”.

2 A CULTURA MATERIAL: PARA INTERPRETAR A SOCIEDADE ESTANCIEIRA

As pesquisas envolvendo a cultura material têm passado por um significativo incremento, marcadamente nas últimas duas décadas, quando pesquisadores de diferentes áreas produziram diversos estudos relativos à materialidade. Ao debruçarem-se sobre os objetos, sociólogos, arqueólogos, historiadores, antropólogos, etnólogos, geógrafos, *designers*, entre outros, acabaram por construir uma disciplina que por meio da heterogeneidade de seu enfoque preserva sua unidade. Longe de fornecer um modelo de metodologia a ser seguido, os estudos relativos à cultura material têm apresentado uma variada gama de possibilidades na intenção de buscar o entendimento das formas materiais e dos indivíduos que com elas de algum modo se relacionam.

Essa pluralidade de aproximações levou à construção de teorias também plurais para interpretar o ser humano e as coisas. As diferentes abordagens teórico-metodológicas relativas ao estudo da cultura material somam-se sem se sobrepor umas às outras, funcionando mais como um sistema de idéias complementares do que como uma série de concepções antagônicas. Essa diversidade faz dessa área um campo disciplinar aberto e em construção, o que, em vez de tornar os estudos relativos à cultura material menos científicos, estimula a elaboração de novas interpretações e reflexões acerca das coisas e das pessoas. Essa amplitude revela-se, inicialmente, no significado dado à expressão *cultura material* e ao conceito de *materialidade*, heterogêneo e até mesmo ambíguo.

Os estudos contemporâneos referentes à cultura material são pautados comumente por duas dimensões: ou têm como ponto de partida de sua análise determinadas qualidades das coisas ou, alternativamente, partem do próprio ser humano, individualmente ou em sociedade¹²³. Enquanto que a primeira abordagem ocupa-se das qualidades dos objetos enquanto, por exemplo, estáticos ou móveis, raros ou comuns, locais ou exóticos, novos ou velhos, etc., a segunda se preocupa com a relação entre sujeito e objeto, considerando que os seres humanos e as coisas se influenciam mutuamente. Nesse sentido, não se pode definir abstratamente onde “começa” ou “termina” uma *coisa* ou um *objeto*, uma *pessoa*, a *cultura* e a *cultura material*. A definição desses conceitos depende diretamente do contexto de análise e pesquisa.

Lançado em 2006, o *Handbook of Material Culture* é um referencial teórico-metodológico que busca traçar o panorama das pesquisas sobre a cultura material que estão sendo desenvolvidas contemporaneamente. Sem a intenção de ser um modelo para conduzir novos estudos, o *Handbook* se caracteriza justamente por procurar garantir a amplitude de abordagens e o ecletismo presente nas pesquisas sobre a cultura material. Nesta obra diversos pesquisadores delineiam conceitos a respeito da materialidade de acordo com suas áreas de estudo. A partir desses conceitos são listadas dez concepções dadas às coisas, concepções estas que podem ser tidas como tradutoras, em um sentido geral, dos diversos entendimentos referentes à materialidade.

Essas diversas compreensões englobam desde as coisas que existem independentemente de qualquer ação ou intervenção humana, como uma

¹²³ TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M; SPYER, P. “Introduction” in TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M; SPYER, P. (eds.). **Handbook of Material Culture**. London: SAGE, 2006, p. 4.

montanha, um animal ou uma árvore, até as coisas criadas pelas pessoas – os artefatos – e suas características físicas, tecnológicas e de uso. Num sentido mais profundo, pode ser proposto, ainda, o entendimento das coisas enquanto parte e parcela da cultura e da sociedade humana. Dentro dessa concepção atenta-se para a forma como as coisas são utilizadas conscientemente pelas pessoas a fim de imprimir suas idéias, ou ainda, para o modo como inconscientemente as pessoas são afetadas pelas coisas, transferindo essa influência para seus hábitos e sua vida coletiva. Essa relação entre coisas e pessoas também está presente em explicações cosmológicas, em crenças, emoções e sistemas de valores, contribuindo para delinear identidades pessoais e grupais. Disso decorre, indo mais além, uma relação das coisas com a história e a tradição, com o delineamento de memórias individuais e coletivas, com a identificação com determinados lugares, paisagens, e também com conceitos relativos a essas paisagens e lugares, a movimentos ou permanências sociais.

A interação entre pessoas e coisas tomada em um nível mais teórico leva também ao estudo da materialidade não só no âmbito dos objetos, separados dos indivíduos, mas também do corpo humano, em si mesmo uma forma material, dotada de mobilidade e de um aparato sensorial que lhe confere diferentes experiências do mundo físico ao seu redor, o qual, por sua vez, produz, estende e limita as capacidades corporais.

Pelo exposto, é possível perceber como o conceito de materialidade é amplo. Quando ligado à cultura, esse conceito dá chance a estudos sobre diversas dimensões das coisas e também das pessoas, originando um campo de análise que gira em torno da expressão *cultura material*, também um conceito heterogêneo, dinâmico e eclético.

Os estudos concernentes à cultura material não são fechados, mas as pesquisas já realizadas delineiam um quadro conceitual e temático que os coloca como sendo, de acordo com o *Handbook of Material Culture*, de três tipos: 1) aqueles que têm como objeto de estudo, dentro de um contexto específico, um domínio material particular, como a arquitetura, vestuário, alimentação, etc.; 2) aqueles que buscam ir além da especificidade, tecendo teorias mais gerais a respeito do significado e do poder das formas materiais e de sua capacidade de contribuir para a compreensão das relações sociais, debruçando-se sobre estudos de arte, paisagem, memória, tecnologia, troca e consumo, por exemplo, em estudos de caso ou considerando diversos contextos culturais; e 3) estudos mais holísticos que buscam analisar a diversidade dos domínios materiais (arquitetura, alimentação, tecnologia, paisagem, etc.) dentro do âmbito de pesquisas arqueológicas ou etnográficas mais específicas.

Na presente pesquisa, em que a materialidade das coisas é tomada dentro de um amplo significado, tendo como principal foco a sua relação com os seres humanos, combina-se o estudo da estância Vista Alegre e do contexto histórico regional em que ela se insere a reflexões teóricas mais abrangentes. Nesse sentido são propostas, a seguir, duas abordagens acerca da cultura material em sua relação com a sociedade estancieira, tendo a terra e as formas arquitetônicas como o ponto de partida para tais reflexões.

2.1 A terra como cultura material: poder e *status* no contexto estancieiro

Da intrínseca e dinâmica relação entre as pessoas e a terra em meio ao contexto estancieiro oitocentista configurou-se no Noroeste do Rio Grande do Sul uma sociedade até hoje bastante ligada ao meio rural, direta ou indiretamente, através de laços econômicos, políticos, culturais e mesmo afetivos. Para apreender essa relação e o seu significado no processo de formação social a terra é aqui tomada como cultura material.

No contexto estancieiro a posse legal da terra era, inicialmente, um referendo à condição de superioridade social, uma forma de legitimar um *status* adquirido por meio da guerra ou herdado por laços familiares. Com o fim das concessões de sesmarias por parte do governo imperial, o acesso a terra passou a se dar pela posse, em um primeiro momento, e, após a implementação da Lei de Terras, pela compra. Como exposto anteriormente no item 1.2, *O contexto histórico da formação da Vista Alegre: a propriedade da terra e a formação das estâncias no Noroeste do Rio Grande do Sul*, Serafim Corrêa de Barros teria estabelecido a estância Vista Alegre em terras de sua mãe, em um período marcado pelas posses livres. Quando do registro de suas terras, em 1854, consta que Serafim declarou ter adquirido parte de seus campos por meio de herança do sogro e parte através da compra. Na época em que o fundador da Vista Alegre estabelece sua estância (1843/44) a prática de concessão de terras já havia cessado, mas o prestígio atrelado a sua posse ainda vigorava. Terra, guerra e poder estavam estreitamente relacionados, condicionando um ao outro.

No caso de Serafim Corrêa de Barros pode-se dizer que, se de um lado sua condição de proprietário de terras lhe conferia poder perante os demais elementos

sociais que compunham o universo de sua estância, por outro sua participação em diversas batalhas a partir de meados do século XIX lhe conferiu prestígio junto à elite proprietária regional, da qual ele fazia parte.

A ligação do fundador da estância Vista Alegre com a Guarda Nacional é um dos exemplos dessa relação entre os proprietários de terra e o poder. O estancieiro iniciou sua trajetória de lutas na Revolução Farroupilha, vestindo o lenço vermelho contra o Império. Mais tarde, forças antagônicas reconciliadas, Serafim seguiu servindo aos interesses do poder central, como relata Aristides de Moraes Gomes:

Correu o tempo e nova luta envolve o Rio Grande, com as campanhas do estado Oriental, em lutas quer com este, quer com as Províncias Unidas do Prata, contra Rosas, em 1852.

O alferes Serafim não vacilou, empunhou suas armas, abraçou a esposa resignada, acariciou os filhos, montou a cavalo e foi incorporar-se ao antigo comandante, o Gen. Portinho. Pelejaram com galhardia. Serafim ascende a tenente. Ao retornarem aos pagos, era êle agraciado com o posto de capitão.

[...]

O calendário vai andando com os dias alegres e tristes quando a pátria é invadida em São Borja e Uruguaiana, em 1865, pelos paraguaios de Lopez.

O capitão Serafim, resoluto e destemeroso, reúne grande contingente de gaúchos bem montados e toca a juntar-se ao velho comandante e amigo, o Brigadeiro Portinho, que em São Bernardo organizava sua coluna, que incorporou-se à força que veio de Passo Fundo sob o comando do Cel. Antônio Mascarenhas Camelo Junior.

Marcha a grande coluna para Uruguaiana com Portinho à frente, onde participa do assédio àquela Vila e após sua rendição, foram fazer a varredura de São Borja. Alí receberam o imperador D. Pedro II.

De São Borja atravessaram o Uruguái em "Garruchos", entrando em território da aliada Argentina. Em São Tomé ou São Tomás, foi dada a organização geral às forças brasileiras que operaram na República do Paraguái.

O Cap. Serafim Corrêa de Barros, é nomeado Ten. Cel. Comandante do 1º. Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, composto de seis esquadrões, enquanto os demais corpos só o eram de três. Fica pertencendo à 5ª. Brigada de Cavalaria do comando do Cel. Antonio M. Camelo Junior, da 4ª. Divisão de Cavalaria do comando do Brigadeiro José Gomes Portinho, do 2º. Corpo do Exército do comando do Ten. Cel. Visconde de Porto Alegre (Marquês de Souza).

O Ten. Cel. Serafim, na frente do 1º. Corpo, fazia a vanguarda das forças brasileiras, travando combate a 28 de setembro de 1865; desaloja os paraguaios no Passo do Juty, em Tebicuari, saindo-se galhardamente (citado por Tasso Fragoso em sua História do Paraguái).

Serafim tomou parte em diversos combates, tendo sido ferido à lança, em entrevêro, quando o seu ordenança, o negro Nicolau, golpeou o paraguáio que o agredia; foi condecorado com a medalha do Mérito Militar.

De regresso à Pátria, a 4 de março de 1870, é promovido a Coronel, em Comissão, e em junho do mesmo ano foram-lhe conferidas as honras de Coronel Honorário do Exército Nacional¹²⁴.

No século XIX os proprietários de terras gaúchos, essencialmente criadores de gado ou donos de charqueadas, exerciam forte influência no cenário político local, regional e nacional, e de certa forma representavam o poder central junto a sua comunidade, mesmo que por diversos períodos da história tenha sido verificada uma disputa entre essas esferas. A influência desse grupo social estava ligada a sua condição econômica. Como afirma Fernando Henrique Cardoso em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, as bases da economia senhorial prendiam-se fundamentalmente à economia do gado¹²⁵.

A contrapartida também era garantida: conforme afirma Torronteguy, “o governo e a câmara representavam os criadores, por isso a política da época era de dar suporte aos grandes estancieiros”¹²⁶. A relação entre os proprietários de terras, a Guarda Nacional e o poder local, dessa forma, era bastante forte.

Torronteguy com propriedade se refere ao preconceito em que estava envolta a sociedade estancieira, o qual, segundo o autor, atuava como o divisor de dois mundos: de um lado, o mundo dos proprietários, e, do outro, o dos não proprietários. Soma-se a isso a ascendência européia dos estancieiros, mais um motivo alegado para justificar a separação entre esses dois mundos a que Torronteguy se refere.

¹²⁴ GOMES, 1966, p. 105-107.

¹²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 156.

¹²⁶ TORRONTÉGUY, 1994, p. 31.

Separação esta que, conforme o autor, perpetuou-se após o cercamento dos campos¹²⁷.

É fato, portanto, que a propriedade da terra conferia poder a quem a detivesse. A partir de concepções teóricas propostas por estudiosos da cultura material é possível traçar uma análise dessa relação entre a terra e o *status* por ela conferido. Mais do que reforçar explicações um tanto evidentes sobre as interações sociais, essas concepções dão chances a uma reflexão a respeito da relação entre a cultura material e conformação social. Dentro dessa idéia os conceitos de alienabilidade e inalienabilidade da cultura material constituem-se um ponto de partida para uma reflexão a respeito da sociedade estancieira a partir das relações entre a terra e as pessoas.

2.1.1 Alienabilidade e inalienabilidade da terra e a conformação social

Buscando compreender o quanto do indivíduo circula no mundo físico por meio da circulação ou detenção das formas materiais é que autores como Arjun Appadurai¹²⁸, Igor Kopytoff¹²⁹, Nicholas Thomas¹³⁰ e Janet Hoskins¹³¹ atentaram para o estudo da alienabilidade da cultura material – a carga simbólica atribuída a uma dada materialidade determinaria seu caráter: alienável ou inalienável.

¹²⁷ TORRONTEGUY, 1994, p. 122.

¹²⁸ APPADURAI, Arjun. "Introduction: commodities and the politics of values" in APPADURAI, A. (ed). **The Social Life of Things**. Commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 3-63.

¹²⁹ KOPYTOFF, Igor. "The Cultural Biography of Things: commodization as process" in APPADURAI, A. (ed). **The Social Life of Things**. Commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 64-91.

¹³⁰ THOMAS, Nicholas. **Entangled Objects**: exchange, material culture, and colonialism in the Pacific. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1991.

¹³¹ HOSKINS, Janet. **Biographical Objects**. How things tell the stories of people's lives. New York and London, Routledge, 1998.

Segundo Thomas¹³², os elementos da cultura material podem ser classificados dentro de duas categorias: os objetos inalienáveis – *gifts*, e os objetos alienáveis – *commodities*¹³³. Na categoria de *gifts* podem ser relacionados os objetos nos quais se investe uma carga significativa forte e estreitamente relacionada ao indivíduo que os possui. Devido a essa significação que lhe é atribuída, o objeto, ao ser consumido (por exemplo, por meio de trocas, oferendas, homenagens) faz circular pessoas. Dito de outra forma, o valor de estimação conferido a um dado objeto faz com que sua circulação na sociedade, entre diferentes indivíduos, represente a circulação desses mesmos indivíduos. Quando um objeto é dado a outrem com o sentido de conferir a esta pessoa algum grau de distinção perante os demais, esse objeto é considerado inalienável, uma vez que, nesse momento, não lhe é atribuído valor de troca ou equivalência monetária.

Janet Hoskins traz outra denominação para os objetos inalienáveis, embora o sentido dado por ela a essa categoria seja o mesmo dado por Thomas. A autora, baseada em Carrier, dá o nome de possessões (*possession*) às coisas que possuem uma relação bastante estreita com seu proprietário e que, por carregarem uma identidade pessoal, não são comercializadas¹³⁴.

Já na categoria de *commodities* podem ser relacionados, segundo Thomas, os objetos que possuem valor utilitário, que são destituídos de significados que remetam à personalidade de quem os intercambia¹³⁵. Quando da circulação (consumo) desses objetos no meio social, o que circula é tão somente o objeto, sua materialidade, na medida em que ele não é entendido como a representação de

¹³² THOMAS, 1991, p. 13.

¹³³ Por considerar “presente” e “mercadoria” traduções que podem trazer algum prejuízo aos conceitos aqui trabalhados, optou-se por preservar os termos no original inglês.

¹³⁴ HOSKINS, 1998.

¹³⁵ THOMAS, 1991.

algum indivíduo. Por sua impessoalidade, e por ser tratado como mercadoria, esse tipo de objeto (*commodity*) possui caráter essencialmente alienável.

Appadurai¹³⁶ dá um sentido diferente aos objetos alienáveis. O autor argumenta que a alienabilidade não destitui as coisas de vida social, na medida em que a própria atribuição de valor de troca é uma característica conferida ao objeto, o que o torna mediador de relações sociais. A definição dada por Igor Kopytoff pode ser considerada complementar ao sentido dado por Appadurai aos objetos alienáveis. Segundo ele, *commodity* é algo que tem valor de uso, e que pode ser trocado em uma transação. Entretanto, para que ocorra esse intercâmbio, é necessário que haja, no imediato contexto, uma contrapartida de valor equivalente¹³⁷.

Comumente esses conceitos relativos ao entendimento da cultura material são aplicados a estudos de sociedades não ocidentais e não capitalistas, em que as coisas não são vistas como dissociadas das pessoas, mas, ao contrário, representam uma parte do ser humano. Em *An Ethnography of the Neolithic* Christopher Tilley¹³⁸ faz referência a essa distinção entre as concepções ocidentais contemporâneas e o pensamento compartilhado pelas sociedades de menor escala, não industriais. Segundo o autor, no nosso senso comum ocidental contemporâneo, tendemos a absolutamente distinguir o mundo “das pessoas e suas palavras” do mundo “das coisas e seus atributos”: o mundo das coisas, ou objetos, é tipicamente considerado mudo e inerte, somente animado pelas pessoas e suas palavras, que criam sistemas de significados culturalmente variáveis. Por outro lado, em

¹³⁶ APPADURAI, 1986, p. 3.

¹³⁷ KOPYTOFF, 1986, p. 68.

¹³⁸ TILLEY, Christopher. **An Ethnography of the Neolithic**. Early prehistoric societies in Southern Scandinavia. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

comunidades não industriais essa separação entre pessoas e coisas não é considerada válida¹³⁹.

A sociedade que se estruturou no contexto estancieiro do século XIX na região de Cruz Alta mescla diferentes concepções a respeito do mundo, uma vez que é composta por indivíduos de diferentes matrizes culturais, ocidentais (europeus e seus descendentes) e não ocidentais (indígenas e seus descendentes, grupos africanos e seus descendentes). O contato interétnico presente em meio a esse contexto, representado não só pelo convívio em uma mesma sociedade, mas também pela miscigenação, possibilitou que fosse desenvolvido um processo de transculturação entre os grupos que interagiam no meio rural cruz-altense. Entretanto, o que prevaleceu como pensamento direcionador da sociedade que se estruturava foi o modelo ocidental. A dicotomia presente nessa forma de pensar o mundo, quando trazida para a esfera material dos objetos e sua significação, difundiu também a divisão entre a sociedade, cujos componentes eram considerados de acordo com duas categorias: os proprietários e os não proprietários de terras.

A condição de proprietário direcionava os papéis sociais e, conseqüentemente, as relações que daí decorriam. Mesmo se tratando de uma sociedade ocidental que se organizava cada vez mais de acordo com as relações advindas de um capitalismo que emergia, é possível pensar na sociedade estancieira também a partir dos conceitos de alienabilidade e inalienabilidade da terra. Entretanto, empregar esses conceitos a um ramo da cultura material que é imóvel – a terra – exige uma reflexão diferenciada, mas nem por isso menos válida.

Por sua característica imóvel – mas não imutável – a terra não pode ser fisicamente intercambiada. Um terreno não circula no mundo como outros elementos

¹³⁹ TILLEY, 1996, p. 247.

da cultura material, como colares, amuletos, relíquias, mantos, entre outros diversos exemplos. Estes objetos, móveis, são freqüentemente estudados devido a seu caráter *biográfico*, o qual é construído na medida em que o objeto circula por diferentes contextos, passando de mão em mão, sendo consumido por diferentes grupos e de diferentes formas. Um pedaço de terra não transita no mundo material, mas passa de mão em mão na medida em que é dado, vendido, trocado, ocupado, abandonado, e assim por diante. A terra também não circula por diferentes contextos, mas é recontextualizada na medida em que é consumida em diferentes épocas e por diferentes grupos humanos. Levando em conta somente o século XIX, os diferentes contextos econômicos e políticos por que passou a sociedade rio-grandense resultaram em diferentes formas de interação com a terra. Disso decorreram diferentes significados atribuídos a própria terra e também aos indivíduos que com ela de alguma forma se relacionavam. Como dito anteriormente, a propriedade da terra direcionava as relações sociais dentro do contexto estancieiro, e conferia significados variados ao seu proprietário de acordo com a época em análise.

Dessa forma, seria possível também atribuir à terra um caráter biográfico, na medida em que a ela atrelavam-se atributos pessoais. E, mais do que isso, na medida em que a partir do significado dado a terra eram constituídos os papéis e as relações sociais, é possível traçar também uma biografia das próprias pessoas que a ela estavam de alguma forma ligadas. Nesse sentido é proposto, aqui, um estudo da terra, tomada como cultura material, para se chegar ao entendimento dos seres humanos. Em outras palavras, busca-se compreender como as pessoas que compunham a sociedade estancieira criaram suas próprias biografias através de sua relação com a terra.

Ao longo do século XIX o significado dado a terra na região de Cruz Alta variou na medida em que a área sofreu mudanças políticas, sociais e econômicas. De bem inalienável, conferidor de *status* e também de poder, a terra tornou-se um bem cujo valor de uso e de troca passou a ser auferido de acordo com as relações capitalistas que se consolidavam no campo. Essas mudanças alteraram também a posição do proprietário rural.

Em um primeiro momento, dentro do contexto estancieiro, a terra era dada a um homem (europeu ou seu descendente) em caráter hereditário¹⁴⁰. Esse passava a ter, então, um compromisso com o governo, sendo investido com poderes políticos na região em que sua possessão era estabelecida. Era o início de uma relação hierárquica baseada em uma possessão inalienável: uma vez possuindo formalmente um pedaço de terra – a sesmaria – o proprietário poderia então usar o trabalho dos “outros” – isto é, das pessoas que não possuíam terra. Essa rede social que se formava a partir da relação dos indivíduos com a terra exercia uma influência direta na formação identitária dos grupos que compunham o contexto estancieiro.

De acordo com Weiner¹⁴¹, em geral todas as possessões pessoais inalienáveis invocam uma íntima conexão com seus proprietários, simbolizando uma experiência particular que, embora privada ou secreta, adiciona valor à identidade do indivíduo. A terra não foge a essa interpretação, e o fato de possuí-la contribuiu para a construção da identidade do gaúcho no Rio Grande do Sul, sendo uma característica que acabou vinculada à população rio-grandense em geral, e não somente às áreas rurais.

¹⁴⁰ Como exposto no início do capítulo, os primeiros ocupantes da terra eram desconsiderados no processo de doação de sesmarias.

¹⁴¹ WEINER, A. **Inalienable Possessions**: the paradox of keeping-while-giving. Berkeley; Oxford: University of California Press, 1992, p. 36.

As coisas inalienáveis têm a capacidade de conferir um *status* diferenciado à pessoa ou ao grupo que as possui. É comum que esse *status* também confira poder, dependendo do contexto dentro do qual ele é dado/recebido/mantido. Possuir uma sesmaria significava possuir um bem inalienável que objetificava¹⁴² um poder não somente econômico, mas também político, garantidor da estrutura social e dos laços de dependência que se constituíam a partir da propriedade da terra. Esse poder advindo da condição de proprietário de terras estava ligado ao *status* que essa mesma condição proporcionava. Ou seja, a terra como coisa inalienável conferia *status* ao seu possuidor e, por intermédio desse *status*, conferia poder. O *status* e o poder atribuídos ao estancieiro pela posse da terra eram utilizados por ele para usufruir do trabalho de indígenas e negros. A estrutura social configurava-se, então, de acordo com a propriedade da terra enquanto bem inalienável.

Essa situação foi aos poucos se alterando na medida em que, a partir de meados do século XIX, o capitalismo se consolidava no campo – um reflexo do que vinha ocorrendo em escala mundial¹⁴³. A ordem social estabelecida foi sendo alterada, e o superior não era mais o dono da terra, como gerações passadas haviam garantido, mas o detentor de bens que possuíssem liquidez. A simples posse foi, dessa forma, tornando-se uma condição conferidora somente de *status*, o qual não seria mais vinculado ao poder de determinar os papéis sociais, como até então vinha ocorrendo. A hierarquia social passou, então, a ser ditada pela posse de bens alienáveis. As coisas alienáveis, especialmente quando inseridas em uma sociedade capitalista, têm a capacidade de conferir poder, do qual decorre o *status*. Em

¹⁴² Sobre o processo de objetificação ver o item 3.4, *O corpo humano, a experiência da materialidade e os estudos sobre a cultura material*.

¹⁴³ Cabe lembrar que ao longo do século XIX, por meio de tratados e leis, a Inglaterra pressionava o Brasil para que acabasse, primeiramente, com o tráfico de escravos e, em um segundo momento, com a própria escravidão.

sociedades em que os bens com liquidez são essenciais para a manutenção de poder, as coisas alienáveis são mais requeridas que as inalienáveis.

Uma das modificações trazidas com o capitalismo foi a necessidade de tornar a mão-de-obra assalariada, o que contribuiu para que a terra enquanto possessão inalienável se tornasse algo antiquado dentro de uma sociedade que se configurava cada vez mais como sendo regulada pelo dinheiro – este sim capaz de determinar os papéis sociais e manter as pessoas sob o comando de outrem. Como elemento inalienável, a terra não teria mais o caráter simbólico que antes lhe era conferido pela sociedade como um todo. Seu valor enquanto mercadoria (elemento alienável, portanto) ou fonte de rentabilidade passou a ser a referência para o posicionamento social.

A perspectiva colocada aqui dá ênfase ao fato de que as coisas possuem um significado que é fluido, dinâmico, que muda ao longo do tempo de acordo com o contexto em que estão inseridas. A condição de bem alienável ou inalienável, de mercadoria, possessão, presente, etc., marca somente um momento, um determinado significado conferido à materialidade conforme a época e o lugar em que ela está ou conforme a pessoa ou grupo que a percebe. O significado dado às coisas não é estático, assim como os efeitos que causam nos indivíduos também variam. O modo como as coisas são vistas influencia a consciência individual e coletiva, estrutura sistemas de valores pessoais e de grupo, e também direciona ações particulares e sociais. Desse modo, o significado das coisas ultrapassa a esfera do sentido, da definição que lhes é dada, e passa a ter importância ainda mais relevante porque provoca uma influência prática nas pessoas. Como afirma Tilley, as coisas fazem a diferença; elas têm papel dinâmico na formação das pessoas, instituições ou culturas. O pensar ou o agir dependem tanto dos objetos

que nos rodeiam quanto da linguagem que utilizamos ou intenções que temos. As pessoas se formam e também se reconhecem por meio das coisas¹⁴⁴.

Dentro do contexto estancieiro que se estruturou no Planalto Médio rio-grandense, a relação que as pessoas mantinham com a terra gerou significados e práticas sociais específicas, que em seu conjunto formaram a identidade individual e coletiva (mas não homogênea) dessa sociedade. Contribuindo para essa formação, o conjunto arquitetônico do meio rural em análise também representou uma parte significativa no processo de constituição identitária da sociedade estancieira. No item a seguir esse assunto é desenvolvido tendo por base os remanescentes arquitetônicos de estâncias que compunham a paisagem rural do Noroeste do Rio Grande do Sul no século XIX.

2.2 As formas arquitetônicas como cultura material: as moradias que compunham as sedes das estâncias.

Como afirmado anteriormente, os seres humanos influenciam as coisas ao mesmo tempo em que sofrem sua influência. As pessoas interagem com a materialidade ao seu redor, influenciando-a e sendo por ela influenciadas. O mesmo processo dialético e dinâmico ocorre com as formas arquitetônicas, também elementos da cultura material: biografias individuais e coletivas são constituídas por meio da interação do ser humano com os ambientes construídos, do que decorre que as próprias formas arquitetônicas constituem-se em fontes para o estudo das sociedades.

¹⁴⁴ TILLEY, Christopher. "Theoretical Perspectives" in TILLEY, C.; KEANE, W.; KÜCHLER, S.; ROWLANDS, M; SPYER, P. (eds.). **Handbook of Material Culture**. London: SAGE, 2006, p. 10.

A interação entre arquitetura e comportamento humano já foi alvo de pesquisas de diversos especialistas, que demonstraram que os comportamentos individuais, os quais comumente representam valores culturais mais gerais, são corporificados na formação e no uso do ambiente construído¹⁴⁵. Dentre esse setor da cultura material uma das mais expressivas fontes de pesquisa são os ambientes domésticos.

De acordo com Maynard Cliff as moradias simbolizam, se tomadas individualmente, o *status* de seus ocupantes; coletivamente, simbolizam a estrutura social da comunidade da qual esses ocupantes fazem parte¹⁴⁶. Em um sentido geral, as construções são manifestações culturais dos seres humanos, dependendo diretamente de seus pensamentos e ações para serem concretizadas. Especialmente nos ambientes domésticos essa relação é bastante evidente, uma vez que comumente esses lugares recebem a influência direta de seus habitantes – na escolha de suas cores, divisórias, mobílias, decoração, ou, ainda, pela própria ausência desses elementos. Considerando somente a arquitetura das moradias, e não os seus componentes móveis, pode-se dizer que suas formas, disposição (de cômodos ou em relação a outras construções) e o uso que se faz delas, representam algo que ultrapassa o comportamento de seus moradores¹⁴⁷. Nesse sentido, Sanders¹⁴⁸ lista sete fatores determinantes dos modelos construídos: clima, topografia, materiais disponíveis, nível de tecnologia, disponibilidade de recursos

¹⁴⁵ SANDERS, Donald. "Behavioral Conventions and Archaeology: methods for the analysis of ancient architecture" in KENT, Susan (ed.). **Domestic Architecture and the use of space: an interdisciplinary cross-cultural study**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 43.

¹⁴⁶ CLIFF, Maynard B. "Domestic Architecture and Origins of Complex Societies at Cerros", in WILK, R.; ASHMORE, W. (eds.), **Household and Community in the Mesoamerican Past**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 199-225, citado por WASON, Paul. K. **The Archaeology of Rank**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 136.

¹⁴⁷ Aqui é válido salientar que a casa pode indicar muito dos hábitos, do comportamento de seus ocupantes. O mesmo não pode ser dito com relação ao pensamento dos mesmos, o qual não pode ser recuperado por meios das formas materiais – as pessoas não necessariamente externalizam o que sentem, por motivos emocionais, psicológicos ou econômicos.

¹⁴⁸ SANDERS, 1990, p. 44.

econômicos, função e convenções culturais. Segundo o autor, cada um deles tem a capacidade de agir no sentido de modificar o nível de influência exercido pelos demais. A recuperação desses fatores por parte de pesquisadores da cultura material pode contribuir para o entendimento das sociedades que produziram esses ambientes e que os utilizaram. Entretanto, o detalhamento desses determinantes não deve ser o único foco das pesquisas: a elaboração de teorias para o estudo das interações entre as pessoas e as formas arquitetônicas que compõem os ambientes domésticos é extremamente relevante, uma vez que a simples descrição das formas, da disposição e dos materiais empregados nas construções não é suficiente para a interpretação desses lugares.

Desse modo, é apresentado aqui um estudo das formas arquitetônicas das estâncias da região onde foi fundada a Vista Alegre, especialmente das construções que compunham o conjunto das sedes, que por meio de sua materialidade representavam e incentivavam a perpetuação de determinados padrões de comportamento de acordo com as convenções culturais presentes na sociedade estancieira do século XIX. Para a efetivação desse estudo foram realizados trabalhos de campo em sete propriedades rurais dentro da região que pertencia a Cruz Alta, nos atuais municípios de Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Quevedos, Boa Vista do Incra e São Miguel das Missões. Dentre as sete propriedades selecionadas dentro dessa pesquisa – Ivahy, Santa Eliza, Taquarembó, Tabor, Toropi, Triunfo e Vista Alegre –, cinco apresentam um nível de intervenção significativo, que varia entre a descaracterização das formas arquitetônicas do conjunto da sede e a destruição de algumas de suas unidades construtivas, como demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 2 – Presença de edificações no conjunto arquitetônico original da sede das estâncias pesquisadas, considerando os componentes básicos que possibilitam a verificação de disparidades sociais.

	Casa-sede	Galpão	Senzala	Observações
Santa Eliza (s/d)	X	0	0	Casa-sede provisória ¹⁴⁹
Vista Alegre (1843/44)	X	X	X	
Triunfo (1870)	X	X	0	Galpão erigido em 1915
Ivahy (1873)	X	0	X	Senzala descaracterizada
Taquarembó (aprox. 1880)	X	X	0	
Toropi (1881)	X	0	0	Casa-sede descaracterizada
Tabor (1912)	X	0	0	

A pesquisa nessas propriedades, antigas estâncias, possibilitou a compreensão do conjunto arquitetônico rural oitocentista em um contexto regional, o que fundamentou o trabalho mais detalhado realizado posteriormente na sede da estância Vista Alegre. Os dados obtidos possibilitaram a elaboração de teorias interpretativas a respeito do modo como a sociedade estancieira influenciou e foi influenciada pela arquitetura das sedes, especialmente pela composição e disposição das habitações que as compunham.

Um primeiro ponto a ser considerado, nesse sentido, diz respeito ao nível de influência que a sociedade e suas convenções culturais exercem sobre as formas arquitetônicas, especialmente sobre as moradias. De acordo com James Deetz, a forma de uma casa pode refletir fortemente as necessidades e o pensamento de quem a construiu, e, ainda, direcionar e moldar o seu comportamento¹⁵⁰. No mesmo sentido Sanders afirma que os ambientes construídos codificam a visão de mundo e os valores culturais de seus empreendedores, e por isso exercem um papel crucial

¹⁴⁹ Mais informações sobre a casa provisória no item 2.2.

¹⁵⁰ DEETZ, James. **In Small Things Forgotten**. An Archaeology of early American life. New York: Anchor Books, 1977, p. 126.

ao prover sinalizações que intentam conduzir ao desempenho de um comportamento social aceitável dos indivíduos perante a sociedade. Desse modo, a disposição final do ambiente construído não é algo aleatório ou fortuito, o que faz de uma edificação muito mais que um abrigo: em termos socioculturais, as construções fazem mais do que acomodar as pessoas¹⁵¹.

Para os indivíduos que com elas se relacionam, as construções atuam como uma espécie de lembrete físico das convenções e regras socioculturais aceitas¹⁵². Vale ressaltar que essas regras não estão presentes em edificações arrojadas, que justamente são erguidas com o intuito de causar impacto, mudança e, por vezes, demonstração de poder. As construções que transmitem códigos sociais apresentam características morfológicas que se repetem em várias edificações, e que por isso representam padrões sociais de determinadas épocas e lugares.

No caso das estâncias do Noroeste rio-grandense pode-se dizer que a sociedade se organizava de acordo com o sistema de propriedade territorial. Como discutido anteriormente, existia nesse contexto uma barreira dividindo dois universos sociais, o dos proprietários e o dos não-proprietários. Nas localidades em que as estâncias eram sediadas, esses dois mundos estavam claramente representados nas formas arquitetônicas, que manifestavam materialmente a hierarquia social padrão do período.

Para a compreensão dessa hierarquia social por meio do estudo das formas arquitetônicas foram realizados trabalhos de campo e pesquisas a fontes bibliográficas, de onde resultaram duas abordagens metodológicas: 1) levantamento das moradias que compunham a sede das estâncias, ou seja, casa do estancieiro,

¹⁵¹ SANDERS, 1990, p. 45.

¹⁵² SANDERS, 1990, p. 45-46.

senzala e galpão; e 2) levantamento da disposição do conjunto arquitetônico doméstico das estâncias. As informações obtidas por meio dessas duas abordagens possibilitaram a elaboração de interpretações a respeito do contexto estancieiro geral da região de Cruz Alta.

2.2.1 A casa do estancieiro (casa-sede)

De todas as construções que fazem parte das sedes pesquisadas, a casa do estancieiro é a melhor preservada, estando presente em todas as propriedades¹⁵³. Sua presença pode ser relacionada a dois fatores, essencialmente: utilização contínua, uma vez que não caiu em desuso, como ocorreu com a senzala quando da crescente liberação da mão-de-obra cativa; e durabilidade dos materiais empregados.

O material utilizado na construção das casas-sede erigidas a partir de meados do século XIX demonstra a combinação de elementos locais retirados diretamente da natureza, como madeira, basalto e arenito, e artefatos manufaturados, como tijolos, telhas e pregos.

Mesmo que tenham passado por reformas, é possível perceber o diferencial dos materiais originalmente empregados nas casas dos estancieiros, se comparados às demais moradias que compunham o conjunto arquitetônico das sedes. É válido lembrar que o objetivo deste estudo não é descrever a tipologia dessas casas ou detalhar exaustivamente os seus aspectos arquitetônicos, uma vez que, para os fins

¹⁵³ Essa constatação também está presente nas pesquisas de Luccas (1997) e de Silva (2004), demonstrando que as casas-sede foram, em todo o Rio Grande do Sul, as edificações que melhor resistiram ao tempo dentro do contexto estancieiro.

a que se propõe, esse detalhamento não é significativo. Para atender à proposta desta pesquisa, o levantamento das características morfológicas gerais das casas-sede selecionadas é suficiente, pois permite comparar essas casas entre si e também compará-las com as demais moradias do período, possibilitando que seja feita uma interpretação da sociedade estancieira através de suas construções domésticas.

Fazenda Ivahy¹⁵⁴

Dentre as sedes levantadas para a realização desta pesquisa, a casa-sede da Fazenda Ivahy (estância de mesmo nome, no passado), no Distrito de Três Capões, município de Boa Vista do Incra¹⁵⁵, impressiona pelo estado de conservação em que se encontra. Lá, a casa do estancieiro foi edificada em 1873, pelo então proprietário Salvador Martins França, seu fundador. Apesar das mudanças que a modernização da agricultura conferiu à propriedade, a sede da Fazenda Ivahy ainda conserva alguns traços da época de sua fundação, principalmente na casa-sede, como demonstrado nas figuras 4, 5, 6 e 7. Embora não tenha data precisa, a fotografia fornecida pelos atuais proprietários da fazenda (figura 8) demonstra como era a casa antes das reformas por que passou. Percebe-se, ao comparar as fotografias atuais com a fotografia mais antiga, que a casa sofreu alterações bastante significativas em suas aberturas.

¹⁵⁴ Na área em estudo, as estâncias do século XIX foram transformadas, no século seguinte, em fazendas, granjas e cabanhas de acordo com a atividade produtiva nelas desenvolvida. A denominação utilizada neste trabalho refere-se à designação dada a essas propriedades por seus atuais donos.

¹⁵⁵ Emancipado de Cruz Alta em 2001.



Figura 4: Casa-sede da Fazenda Ivahy. Fonte: Acervo da autora (02/01/2003).



Figura 5: Casa-sede da Fazenda Ivahy. Fonte: Acervo da autora (02/01/2003).



Figura 6: Detalhe que mostra o ano em que a sede da estância Ivahy foi construída e as iniciais de seu fundador.
Fonte: Acervo da autora (02/01/2003).



Figura 7: O detalhe mostrado na fotografia anterior, agora visto de uma distância maior. A barra em cimento acima do detalhe contém a data em que a sede foi reformada (1968). Fonte: Acervo da autora (02/01/2003).



Figura 8: Casa-sede da Fazenda Ivahy no século XX (sem data precisa), antes de passar pelas reformas que modificaram sua fachada (comparar com fotografias anteriores). Fonte: Arquivo da família Paglioli Jobim.

No atual município de Tupanciretã localizam-se três das sete propriedades rurais consideradas dentro do presente estudo. A Cabanha Taquarembó e a Fazenda Santa Eliza ficam no interior desse município, enquanto que a Cabanha Tabor é bastante próxima à área urbana.

Cabanha Taquarembó

A sede da atual Cabanha Taquarembó foi erigida, segundo fontes orais, em 1880. A casa-sede da propriedade, de alvenaria, necessita de alguns reparos, o que não impede que a mesma seja utilizada pelos atuais proprietários.

Não foi possível tirar uma fotografia da fachada da casa porque as árvores, plantadas muito próximas à parede, a encobrem. Mesmo assim, através da figura 9 é possível ter uma idéia de sua fachada original, especialmente da espessura de suas paredes, característica comum às moradias dos proprietários rurais no século XIX¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Segundo Luccas (1997, p. 66), as paredes passaram a ter uma espessura menor a partir da utilização de tijolos industrializados, que, por serem regulares e uniformes, permitem a confecção de estruturas mais esbeltas – maiores alturas com menor espessura. O autor ainda afirma que, com essa mudança, “possibilidades construtivas com maior proporção de ‘vazios’ (aberturas) a partir de então, aliadas à produção crescente de artefatos como esquadrias, propiciarão casas com vãos mais próximos e maiores a partir de meados do século XIX, como requer um contexto mais amplo a caminho de uma “modernidade”.



Figura 9: Casa-sede da atual Cabanha Taquarembó. Fonte: Acervo da autora. (30/12/2002).

Fazenda Santa Eliza

A Fazenda Santa Eliza foi estabelecida no século XIX, e não há precisão quanto à data em que foi erigida. Sua sede é a única que conta com a casa provisória (figuras 10 e 11) que abrigou o estancieiro e sua família antes que a casa principal fosse construída. Segundo informações dadas por Leonardo¹⁵⁷, bisneto do Sr. Cândido Nascimento e Silva, fundador da estância, a casa-sede utilizada atualmente foi construída no século XX, o que é perceptível em sua arquitetura (figura 14).

A casa que serviu de moradia provisória ao fundador da estância Santa Eliza tem hoje uma função prática, sendo utilizada como uma espécie de cozinha, anexa à casa principal. Uma explicação sobre esse tipo de moradia é encontrada em Luccas, que classifica as casas pioneiras, os abrigos provisórios, os postos de uso eventual ou destinados a empregados como sendo de *tipologia arcaica*. Segundo o autor, esse tipo de construção informal, de poucos compartimentos, é caracterizado pelo emprego de materiais encontrados na natureza, elementos artesanais e técnicas rudimentares – vedações de pau-a-pique, torrão, pedras ou tijolos; coberturas de capim santa-fé e telhas capa e canal; madeiramentos de paus roliços; e aberturas dispostas casualmente¹⁵⁸.

De acordo com Leonardo, essa casa provisória é a segunda da propriedade, sendo que a primeira já foi destruída. Nessa edificação foram empregados materiais construtivos variados (figura 13), demonstrando a tecnologia local aliada aos recursos disponíveis na região (elementos naturais e manufaturados). Os tijolos empregados nessa casa foram trazidos de Cruz Alta. Também foram utilizadas

¹⁵⁷ Na ocasião Leonardo contou que nessa propriedade, nos tempos de seu bisavô, trabalharam escravos e taapeiros, homens contratados para erigir os muros de pedra (as taipas).

¹⁵⁸ LUCAS, 1997, p. 131.

pedras basalto na sua fundação. A argamassa empregada foi feita, segundo informado, a partir do amassamento de barro e esterco animal. As aberturas são de madeira. Percebe-se em alguns pontos da casa tentativas mais recentes de conter sua destruição, o que foi feito com a utilização de cimento (figura 12).



Figura 10: Casa provisória na Granja Santa Eliza. Fonte: Acervo da autora (30/12/2002).



Figura 11: Casa provisória na Granja Santa Eliza. Fonte: Acervo da autora (30/12/2002).



Figura 12: Reparo feito com cimento na busca de preservar a casa provisória da Estância Santa Eliza. Fonte: Acervo da autora (30/12/2002).



Figura 13: Detalhe da parede que evidencia o material construtivo empregado na casa provisória da Estância Santa Eliza. Fonte: Acervo da autora (30/12/2002).



Figura 14: A atual sede da Granja Santa Eliza, de construção mais recente. À frente da casa, descendentes do fundador da propriedade. Ao fundo, à direita, a casa provisória. Fonte: Acervo da autora (30/12/2002).

Cabanha Tabor

Localizada em um ponto cortado pela estrada de carretas que levava a Cruz Alta, a Estância e Cabanha Tabor foi iniciada em 1905 pelo ruralista gaúcho Francisco de Moraes Gomes. Quem fornece essa informação é seu irmão, Aristides de Moraes Gomes¹⁵⁹, que em 1912 permutou seu campo da Estância do Lagoão pela Tabor. Em 1963 Aristides e sua esposa transferiram a propriedade para o filho Antônio Corrêa Gomes, que passou a administrá-la. Atualmente a Tabor pertence a D. Iolanda Gomes, viúva de Antônio Corrêa Gomes.

Em *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas* Aristides de Moraes Gomes dedica um capítulo a sua “Estância e Cabanha Tabor”, onde conta ter terminado as instalações da propriedade, “inclusive casa de alvenaria e pomar”. A Tabor foi inaugurada festivamente em 1913, por ocasião do casamento de Aristides Gomes com Iria Corrêa de Barros, se tornando a residência do casal.

A Estância e Cabanha Tabor representa uma fase de transição sócio-econômica na região, em que a industrialização tomava espaço, incrementando os transportes, viabilizando relações comerciais e modificando as relações sociais, até então marcadas pela divisão social entre os proprietários e os não proprietários de terras. Em 1912 foi iniciada a criação de gado na propriedade, que ficou marcada pela importação de touros de porte (1912), pela criação de cavalo crioulo (1941) e pela inseminação artificial em ovinos (1953) e bovinos de corte (1956).

Atualmente a propriedade apresenta uma casa-sede que congrega elementos de sua primeira construção (figura 15), da primeira década do século XX, e características mais recentes, resultado de reformas e do acréscimo de uma ala nova (figura 17). Apesar das alterações em suas formas, é possível perceber a

¹⁵⁹ GOMES, 1966, p. 303-306.

estrutura original da casa no local onde hoje fica o alpendre (figura 16), inexistente na época de sua construção. A antiga fachada da casa-sede aparece na fotografia 15, tirada no início do século XX, que faz parte do arquivo particular da família Gomes.

A Cabanha Tabor é bastante conhecida na região por ter sido pouso de tropeiros, e conserva ainda hoje o olho d'água que marca o local de parada desses homens. A propriedade ainda encontra-se nas mãos da família de seus primeiros fundadores, que guardam com zelo as memórias registradas por seus antepassados.



Figura 15: Sede da Cabanha Tabor no início do século XX. Fonte: Arquivo da família Gomes.



Figura 16: O atual alpendre, no local onde ficava a fachada da casa. Fonte: Acervo da autora (08/2006).



Figura 17: A ala nova da casa-sede da Cabanha Tabor. Fonte: Acervo da autora (08/2006).

Fazenda do Triunfo

A primeira sede da então estância do Triunfo fora construída em 1837, em terras compradas do major Dias (que, por sua vez, as havia requerido por sesmaria) pelos irmãos João Medeiros de Farias e José Serafim Medeiros de Farias¹⁶⁰. Desta primeira sede não existem mais vestígios. Da divisão das terras entre os dois irmãos, em 1870, originou-se a atual sede da Fazenda do Triunfo (figuras 18 e 19), cujo proprietário, na época, ficou sendo João Medeiros de Farias. Inserida na rota das Missões, distante 26 km das ruínas da Missão de São Miguel Arcanjo, em São Miguel das Missões, esta propriedade era, até pouco tempo, um hotel fazenda.

A fazenda ainda conta com remanescentes arquitetônicos do século XIX, como valas e mangueiras de pedra, cemitério, além da própria casa-sede, em ótimo estado de conservação. Embora esta já tenha passado por reformas, ainda mantém elementos de sua fundação. Entretanto, construções como as que abrigavam os escravos (em número de 5, conforme Silva¹⁶¹) e os peões já não existem mais. A casa-sede da estância do Triunfo permite compreender um pouco mais da arquitetura oitocentista, e compõe, juntamente com as demais propriedades da região de Cruz Alta, um padrão construtivo revelador da condição social de seus moradores.

¹⁶⁰ SILVA, 2004.

¹⁶¹ SILVA, 2004.



Figura 18: Sede da Fazenda do Triunfo. À esquerda o galpão (1915). À direita a casa-sede, (1870). São Miguel das Missões, RS. Fonte: Acervo da autora (fotografia de autoria de Fernando Almeida, 03/08/2006).



Figura 19: Casa-sede da Fazenda do Triunfo. Fonte: Acervo da autora (03/08/2006).

Fazenda Toropi

Embora tenha sido estabelecida no século XIX, a sede da Fazenda Toropi, no município de Quevedos, apresenta características arquitetônicas contemporâneas (figura 21). Isso porque sua casa-sede, a única edificação presente na propriedade que conta com elementos do século XIX, passou recentemente por alterações que modificaram significativamente suas formas, especialmente suas aberturas e o telhado. Além disso, foram acrescentadas a sua fachada varanda e churrasqueira. O único elemento externo que denuncia a época de sua construção está ainda conservado na parede: uma inscrição em alto-relevo onde consta o ano de 1881 (figura 20).



Figura 20: Detalhe da casa-sede da atual Fazenda Toropi. A marca preservada em sua parede registra o ano de sua construção, única evidência do século XIX mantida na fachada desta edificação.
Fonte: Acervo da autora (25/08/2006).



Figura 21: Casa-sede da Fazenda Toropi. A reforma, feita recentemente, alterou significativamente a moradia.
Fonte: Acervo da autora (25/08/2006).

Estância Vista Alegre

A casa-sede da estância Vista Alegre, no interior do município de Júlio de Castilhos, destaca-se pela imponência de suas formas em meio à paisagem rural. Não é o luxo ou a riqueza de detalhes e elementos decorativos que a fazem sobressair, mas sua fachada caiada, simples, reta, limpa, como que fincada no topo de uma coxilha (figura 22).

Como exposto no primeiro capítulo, a estância Vista Alegre foi estabelecida em meados do século XIX, em um intervalo entre as batalhas da Revolução Farroupilha (por volta de 1843/1844, mais especificamente). Embora sua estrutura esteja comprometida, como mostra a figura 23, a casa-sede sofreu poucas alterações em suas formas arquitetônicas, o que a torna um elemento da cultura material bastante fidedigno às suas origens oitocentistas, e, desse modo, uma fonte potencial para o estudo da história do período (figura 24).



Figura 22: Casa-sede da estância Vista Alegre. Fonte: Acervo da autora (25/08/2006).



Figura 23: No interior da casa-sede da estância Vista Alegre percebe-se o comprometimento do forro, amparado por madeira. Fonte: Acervo da autora (25/08/2006).



Figura 24: Fachada da Casa-sede da estância Vista Alegre. Fonte: Acervo da autora (fotografia de autoria de Paulo Roberto Koch Jr., em 16/01/2007).